

Planalto, 14 de junho de 2023.

OFICIO N° 0xxx/2023

Ao Exmo. Sr. Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto – PR

Assunto: Parceria Instituto Construindo Gerações e Município de Planalto

Senhor Prefeito,

O Instituto Construindo Gerações, **CNPJ 41.458.325/0001-08**, vem por meio de seu Presidente Vanderlei Copini, solicitar a formalização da parceria entre o Instituto Construindo Gerações e o Município de Planalto através do acordo de cooperação, para que o Instituto possa desenvolver no Município as escolinhas de treinamento de Futebol, em parceria e seguindo a metodologia do Club Athletico Paranaense através do Funcap, pelo período de 01/07/2023 até 30/06/2024.

Com o termo de cooperação solicitamos a contratação de um profissional de educação física, com licença da CBF (mínimo licença B) para que possa gerir e ministrar os treinamentos em todas as categorias.

Com a parceria vamos oferecer a toda comunidade uma manifestação social e esportiva apoiando no desenvolvimento e conscientização do ser humano, tanto na parte educacional, social e também na saúde, abrangendo crianças e adolescentes auxiliando na formação de valores éticos e morais junto a sociedade.

O Instituto Construindo Gerações através de suas ações, reconhece o esporte como uma ferramenta significativa para permitir que nossos atletas, e seus familiares tenham acesso aos benefícios por ele proporcionados e através desta parceria iremos fomentar o crescimento esportivo de nosso município, tornando-o também um trabalho ao combate na erradicação escolar e desenvolvimento de nossas crianças.

Com a parceria estaremos incentivando a pratica esportiva em nossa cidade bem como apoiando o engajamento de mais crianças nos projetos esportivos, culturais e sociais de nosso município.

Sem mais para o momento, desde já agradecemos e desejamos votos de satisfação e estima.



Vanderlei Copini
Presidente

PLANO DE TRABALHO

1. Identificação da Organização da Sociedade Civil Proponente

Nome da Organização: INSTITUTO CONSTRUINDO GERAÇÕES

CNPJ Nº: 41458325/0001-08

ENDEREÇO: Av. Rio Grande do Sul nº6, bairro João Zacco

MUNICÍPIO: Planalto/Pr

CEP: 85750-000

Fone: 46 99103-3676

CONTA BANCÁRIA: 39798-1

AGÊNCIA: 0738

BANCO: Sicredi

DATA DE CONSTITUIÇÃO: 05/02/2021

NOME DO RESPONSÁVEL: Vanderlei Copini

CPF: 017.716.429-80

PERÍODO DE MANDATO: 2021/2025

2. Breve Histórico da Organização da Sociedade Civil

O Instituto Construindo Gerações foi fundado em 13 de janeiro de 2021, e é uma sociedade civil sem fins lucrativos qualificada como EPD – Entidade de Prática Desportiva, tendo como o principal objetivo previsto em seu estatuto o de fomentar a melhoria da qualidade de vida de crianças, jovens e adultos, através de implantação de projetos na área educacional, cultural, artística, esportiva, meio ambiente, lazer e saúde através prática do desporto através do Futebol e demais modalidades esportivas por meio de projetos educacionais e sociais.

O Instituto, desenvolve a prática do Futebol, através da realização direta de convênios, na sua esfera mais ampla, proporcionando e desenvolvendo a troca de experiências e estimulando o conceito de valores, por meio dos trabalhos realizados, objetivando a prática desportiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos, dentro do contexto de inserção de todos a cidadania.

Diante da necessidade e interesse em abranger uma escala de representatividade ainda maior junto a sociedade através de projetos de inclusão social, de desenvolvimento motor e cognitivo, e aliados a busca de oportunidades no rendimento, o “Construindo Gerações” passou a disseminar e desenvolver também a parceria com o **Funcap – Fundação Club Athletico Paranaense**, que gere

o projeto da **Escola Furacão** do CAP - Clube Athletico Paranaense.

O projeto será contemplado com a promoção do ser humano nos seus diversos aspectos cultural, intelectual, esportivo, moral, social, familiar e profissional, para melhorar suas condições de vida e, conseqüentemente, construir e formar gerações que contribuam para um mundo mais humanizado e de oportunidades de desenvolvimento.

O Instituto Construindo Gerações manterá em parceria com a administração municipal, o projeto social das categorias de base, formada por jovens valores do município e da região, realizando treinamentos e participando de competições locais, regionais e estaduais. Atualmente o projeto abrange em média 200 crianças e adolescentes dos 05 aos 15 anos, que estão distribuídas nos projetos sociais, tanto no masculino quanto no feminino.

3. Justificativas

O projeto busca ofertar uma manifestação social e esportiva para toda a sociedade planaltina, entendendo-se que o esporte é uma ferramenta de apoio no desenvolvimento e conscientização do ser humano, tanto na parte educacional, social e na saúde, atingindo crianças e adolescentes, além de auxiliar na formação de valores éticos e morais junto à comunidade.

A parceria do "Construindo Gerações" com o FUNCAP através de seu projeto social, realizado no município de Planalto, tem o compromisso e a missão de desenvolver o atleta por completo, valorizando e fomentando a cultura do esporte, auxiliando como ferramenta assistencial educacional, moral e cultural.

A FUNCAP com o apoio do CAP, desenvolve e realiza eventos que possam valorizar os trabalhos desenvolvidos pelas instituições que ajudam no crescimento da modalidade, nas categorias de base masculinas e femininas e hoje é considerado um dos melhores modelos de franquia de clube de futebol profissional, pois reúne todos os conhecimentos técnicos, pedagógicos e desportivos necessários.

O Instituto Construindo Gerações, através de suas ações, reconhece o Futebol como uma ferramenta significativa para permitir que os nossos atletas, seus familiares e à comunidade em geral, tenham acesso ao esporte e aos benefícios por ele proporcionado. Alinhado com a administração municipal e com a secretaria de esportes, o Instituto buscará contribuir para o desenvolvimento esportivo do município, estimulando ainda mais a pratica da modalidade junto à comunidade e com esse projeto, servir de guia e incentivo as crianças a participarem das escolinhas municipais para desenvolver as qualidades técnicas e táticas para que um dia possam dar continuidade a essa representatividade na equipe adulta.

777

4. Objetivos

4.1 Objetivos Gerais

Fomentar o esporte, junto a sociedade estimulando crianças e adolescentes a pratica do mesmo e tornando o Futebol como ferramenta de apoio no desenvolvimento do ser humano dentro dos valores éticos e morais, integrando a família e a comunidade no proposito de consolidar o compromisso de auxiliar esse movimento cíclico, servindo de estímulo e alicerce para a continuidade dos projetos esportivos como um todo.

4.2 Objetivos Específicos

- Representar o Município de Planalto em eventos de Futebol, promovidos pelo CAP e demais;
- Fomentar a participação de atletas do município e região nas escolinhas;
- Estimular a participação em eventos esportivos municipais e servir de ferramenta de manifestação popular esportiva;
- Apoiar e divulgar o município através de ações, competições e eventos esportivos no geral;
- Fomentar a participação das crianças e adolescentes à pratica do Futebol;
- Diminuir a ociosidade infantil e a erradicação escolar, estimulando e auxiliando no desenvolvimento motor e cognitivo das crianças;

5. Descrição do Objeto a ser executado

Seleção de Entidade de Direito Privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil, nos termos Lei Federal nº 13.019/2014, que se interesse firmar Acordo de Cooperação com o Município de Planalto, através da Secretaria Municipal de Esportes, para implantar as escolinhas de Futebol seguindo a metodologia do FUNCAP em parceria com o CAP. O projeto está enquadrado no âmbito social e buscando atingir 300 pessoas de forma direta entre atletas e comissão técnica e atingindo um público indireto de aproximadamente de 2000 pessoas. Essas projeções estão embasadas na amplitude que o projeto tomara junto a sociedade e a integração dos familiares e a comunidade como um todo.

Com a intenção de fortalecer a modalidade de Futebol, e apoiar a missão da Secretaria de Esportes em estimular a pratica esportiva e a vivencia do desporto entre atletas, familiares e a comunidade, o projeto propõe o desenvolvimento das seguintes ações:

- Treinamento específico para o desenvolvimento técnico e tático para atletas de Futebol, nas categorias de 5 a 17 anos;
- Viabilizar a participação das equipes da escolinha em eventos regionais da modalidade;
- Viabilizar a participação nos eventos de socialização, integração e esportivos promovidos pelo FUNCAP;

5.1 – ESTRUTURA FÍSICA E CONCESSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE APOIADORES DO PROJETO

777

O projeto irá desenvolver primariamente ações de âmbito social para crianças e adolescentes, servindo de incentivo para ingressarem na pratica esportiva, despertando o interesse em toda a comunidade de participar e apoiar, e para isso acontecer e o projeto ter um plano de execução sustentável precisará do apoio do Município.

Para isso é necessário que além do aporte financeiro através do acordo de cooperação e da lei de incentivo ao esporte municipal, que o Município disponha de profissional técnico licenciado pela CBF para ministrar os treinamentos e conceda o uso e concessão do Estádio Municipal, no que tange a exploração de espaços para marketing e divulgação dos apoiadores do projeto.

5.2 – BENEFÍCIOS E IMPACTOS GERADOS AO PÚBLICO PELA PARCERIA

- Estimular, a participação de crianças e adolescentes em atividade esportiva com desenvolvimento físico, cultural e de hábitos saudáveis
- Aumento do número de praticantes de Futebol,
- Aumento da quantidade de crianças e adolescentes buscando o aprendizado do Futebol, verificado através da frequência nos núcleos de desenvolvimento do projeto;
- Melhorar o nível de rendimento e de competitividade das categorias de base nas competições regionais;

5.3 – CONTRAPARTIDA

Com o objetivo de estimular o hábito de uma vida saudável através da pratica de atividade física, e também através do conceito de esporte com regras valorizado os valores morais e éticos, aliados ao desenvolvimento cognitivo e motor das crianças para auxiliar no crescimento como ser humano, estaremos auxiliando o Município e a Secretária de esportes na gestão das escolinhas de base e demais eventos sociais do município que tragam benefícios a toda população.

O Instituto oferece a parceria firmada com o FUNCAP – Escolinha Furacão, abrindo as portas para toda a comunidade e também irá disponibilizar kits esportivos individuais para todos os atletas matriculados nos treinamentos.

777

6. Cronograma de Execução

Meta 1:		Escola Furacão				
Etapa		Período		Resultados previstos		Cumprimento das metas
Nº	Descrição	Início	Fim	Descrição	Quantidade	Descrição
1	Aquisição de Uniforme	Junho /2023	Julho /2023	Compra de materiais esportivos específicos para treinamentos e jogos de Futebol.	200 pessoas entre atletas e comissão técnica	Registros Fotográficos durante os treinamentos e jogos Apresentar nota fiscal
2	Oferecer Alimentação adequada aos atletas e comissão técnica	Junho/ 2023	Maio/ 2024	Contratação de alimentação para os atletas e comissão técnica em eventos.	60 refeições por dia por evento e no máximo de 1 evento mês	Registros Fotográficos durante as refeições Apresentar nota fiscal
3	Deslocamento da equipe de Futebol nos eventos de integração	Junho/ 2023	Maio/ 2024	Contratar transporte para eventos de socialização, integração e competição da Escola Furacão	2.000 KM	Sumula dos jogos realizados Tabela e divulgação do evento
4	Bolsa Atleta por jogo para atletas não residentes no Município	Junho/ 2023	Maio/ 2024	Pagar aos atletas em forma de incentivo ajuda de custo com o programa do Bolsa Atleta Municipal para ajudar nas despesas com materiais pessoais e apoio para	R\$200,00 por jogo e no máximo 20 atletas.	Ficha de Inscrição dos Atletas Recibo Fiscal Fotos Comprobatórias Sumulas dos jogos Tabela das Competições

777

				representar o Município nas competições		
5	Contratar Comissão Técnica	Junho/ 2023	Maio/ 2024	Contratar Técnico, formado em educação física com licença da CBF, para ministrar e executar metodologia do Funcap – CAP.	R\$50,00 hora	Recibo Fiscal Sumulas de Jogos Fotos Comprobatórias Planejamento de trabalho

7. Previsão de Receitas e Despesas

7.1 previsão de despesas: R\$ 126.300,00

7.2 Descrição das Despesas do Município

DESPESAS		UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Nº	Descrição				
1	Refeições Futebol	Pessoa	720	R\$25,00	R\$ 18.000,00
2	Bola Oficial	Material	60	R\$280,00	R\$ 16.800,00
3	Transporte	KM	5.000	R\$6,50	R\$32.500,00
4	Bolsa Atleta Convidado Futebol	Jogo	200	R\$200,00	R\$40.000,00
5	Comissão Técnica	Horas	1080	R\$50,00	R\$54.000,00
Total das Despesas:					R\$ 161.600,00

777

7.3 Descrição das Despesas do Instituto “Construindo Gerações”					
DESPESAS		UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Nº	Descrição				
1	Uniforme de Treino	Material	200	R\$ 150,00	R\$30.000,00
2	Coletes	Material	60	R\$ 50,00	R\$3.000,00
3	Uniforme Comissão Técnica	Material	5	R\$ 150,00	R\$750,00
Total das Despesas:					R\$33.750,00

8. Cronograma de desembolso concedente

Não haverá repasse de valores ao clube, pois o desembolso concedente será feito de forma direta pelo Município de Planalto, com o pagamento dos valores citados após a apresentação da nota fiscal de comprovação da despesa.

9. Prestação de Contas

Forma de Prestação de Contas	Periodicidade
Total	Mensal

10. Prazo de vigência.

O prazo de vigência do presente plano de trabalho será de 12 (doze) meses a contar de sua publicação, podendo ser prorrogado conforme estabelece o acordo de cooperação.

11. Declaração, data e assinatura.

Declaramos, solidariamente, sob as penas da Lei, que temos conhecimento das normas que tratam do Regime de Parcerias entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil, estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014.

7.7.7

Planalto, 14 de Junho de 2023

 ANDERSON
APP. N.

Presidente

Ata da Assembleia Geral de Constituição da "CONSTRUINDO GERAÇÕES", aprovação de seu Estatuto e eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, realizada em 05 de fevereiro de 2021.

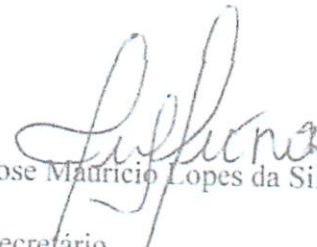
Aos cinco dias do mês fevereiro do ano de dois mil e vinte e um as dezoito horas em primeira convocação, em sala de reunião no prédio situado à Rua Quatro, nº 1202, bairro Industrial, no Município de Planalto, Estado do Paraná, reuniram-se em Assembleia Geral para fins de constituírem uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade assistencial, os membros que assinam a lista de presença que faz parte integrante desta ata. Para conduzir a reunião da Assembleia Geral para deliberar sobre: 1) Constituição da Associação; 2) Aprovação do Estatuto do "CONSTRUINDO GERAÇÕES" e; 3) Eleição dos membros que comporão seus órgãos, foi aclamado o Sr. Vanderlei Copini, que assumiu a presidência da mesa e convidou a mim, Jose Mauricio Lopes da Silva Júnior para secretariar a reunião. Composta a mesa, o presidente aclamado, solicitou que fosse lida a convocação, a qual foi encaminhada pessoalmente a cada um dos integrantes. Dando sequência a reunião reafirmou que a finalidade da presente reunião da Assembleia Geral é a aprovação da constituição do "CONSTRUINDO GERAÇÕES". A associação terá como finalidades e objetivos aqueles descritos em seu Estatuto Social, que após a aprovação da Assembleia Geral fará parte desta Ata. O presidente da mesa explanou que a concepção do "CONSTRUINDO GERAÇÕES" foi desenvolvido por este grupo de pessoas em razão da percepção dos mesmos voltados a necessidade de promover e executar ações assistenciais, sociais, culturais, educacionais, esportivas, de meio-ambiente, saúde e lazer que contribuam para o desenvolvimento geral, proporcionar melhor qualidade de vida e trabalhar pelo equilíbrio social das comunidades através do desenvolvimento de importantes projetos sociais, fortalecendo assim o exercício da cidadania e inclusive da formulação de políticas públicas. O presidente aclamado, após este breve relato, informou que esta reunião de Assembleia Geral se presta a aprovação do Estatuto cuja minuta foi anteriormente lida e analisada por todos os membros interessados em participar desta Associação. Desta forma o Presidente, dando sequência ao item 2, procedeu a leitura da proposta final do Estatuto da "CONSTRUINDO GERAÇÕES".


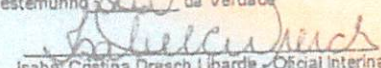

O Estatuto Social foi aprovado por unanimidade pelos membros presentes na Assembleia Geral. A seguir, o presidente aclamado solicitou, dando sequência ao item 3, que a Assembleia Geral elegeisse os membros que comporão a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. A Assembleia Geral reunida recebeu apenas a proposta de uma única chapa. Colocada em votação, foi a chapa apresentada eleita por aclamação ficando assim definida a diretoria para o quadriênio 2021/2025: a **DIRETORIA EXECUTIVA**: 1) Diretor Presidente: Vanderlei Copini, brasileiro, casado, residente na Rua Elcina Budke, 358, Planalto-PR, portador da cédula de identidade RG 6.692.685-0 e CPF

017.716.429-80: 2)Vice-Presidente: Rosauro Leandro Baretta, brasileiro, casado, residente na Travessa Albano Drey, 61, Planalto-PR portador da cédula de identidade RG 3.966.636-7 e CPF 030.462.089-01: 3)Diretor de Programas e Projetos: Jair Dilceu Weich, brasileiro, casado, residente na Rua Goiás, 94, Planalto-PR portador da cédula de identidade RG 5.176.421-8 e CPF 995.832.679-53: 4)Diretor de Operações: Gilberto Carlos Furlan, brasileiro, casado, residente na Rua Av Independência, 505, apto 1302, portador da cédula de identidade RG 7.338.933-0 e CPF 024.930.949-13: 5)Diretor Financeiro: José Mauricio Lopes da Silva Júnior, brasileiro, casado, residente na Rua Balduino Menegazzi, 315, portador da cédula de identidade RG 34.048.543-7 e CPF 299.515.048-84: 6)Diretor Administrativo: Jocely Luis Claas, brasileiro, casado, residente na Rua Paraná, 2002, Planalto-PR portador da cédula de identidade RG 7.094.345-0 e CPF 024.319.949-02: **O CONSELHO FISCAL** ficou assim constituído: membros **TITULARES**: 1) Luiz Ademar Panzer, brasileiro, casado, residente na Rua Oscar Pommer, 43, Planalto-PR portador da cédula de identidade RG 7.127.545-0 e CPF 031.354.489-16: 2) Silvério Antônio da Rosa, brasileiro, casado, residente na Av Porto Alegre, 865, Planalto-PR, portador da cédula de identidade RG 4.740.951-9 e CPF 679.927.909-44: 3) Kacyara Maria Tovo Kinner, brasileira, casada, residente na Rua Paraná, 1993, Planalto-PR, portador da cédula de identidade RG 4.685.916-2 e CPF 870.102.389-15: membros **SUPLENTE**S: 1) Marcio Geron, brasileiro, regime de união estável, residente na Av Independência, 1217, apto 803, Capanema-PR portador da cédula de identidade RG 4.565.139-8 e CPF 789.037.429-15: 2) Julieta Maria Schiavo, brasileira, divorciada, residente na Av Rio Grande do Sul, 1130, apto 1, portadora da cédula de identidade RG 8.270.228-8 e CPF 627.967.209-34. Eleitos os membros da Assembleia Geral o Sr Presidente Vanderlei Copini tomou posse de seu cargo e imediatamente deu posse a todos os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Na sequência a Assembleia Geral deliberou que os membros Vanderlei Copini e Rosauro Leandro Baretta, respectivamente eleitos Presidente e Vice-Presidente serão considerados sócios FUNDADORES da "CONSTRUINDO GERAÇÕES". Nada mais havendo a tratar, os membros da Assembleia Geral congratularam-se entre si, desejando êxito as ações da Associação, parabenizaram os diretores eleitos e colocaram-se a disposição para colaborar no que for necessário. O Presidente eleito agradeceu e parabenizou todos os presentes pela iniciativa desejando sucesso aos empreendimentos da Associação, concitando a todos a, primeiramente, focarem esforços com o intuito de auxiliarem a concretizar o sonho da edificação de um Complexo no Município, o qual deverá ser implantado em dependências de propriedade da Prefeitura Municipal, conforme endereço constante no Estatuto. Dito isso e, havendo concordância por unanimidade dos presentes de que esta seja a primeira ação da Associação, deu por encerrada a reunião da Assembleia Geral. E, para constar, eu, José Mauricio Lopes da Silva Júnior, secretário nomeado, lavrei e digitei esta Ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes.


Vanderlei Copini

Presidente


Jose Mauricio Lopes da Silva Júnior
Secretário

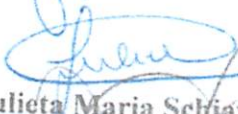
 **SERVENTIA DISTRITAL DE PLANALTO - PR**
Selo Digital nº 0182044SVA0000000248221A.
Consulte esse selo em <http://horus.funarpen.com.br/consulta>
Reconheço por Semelhança as assinaturas de VANDERLEI COPINI:
JOSE MAURICIO LOPES DA SILVA JUNIOR *0013*
F67U278QQ-1236776-97 Doc. de Planalto-Paraná, 01 de março de 2021 Em Testemunho da Verdade

Isabel Cristina Dresch Libardi, Oficial Interina


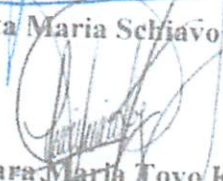

Edina Copini

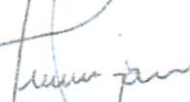
Gilberto Carlos Furlan


Jair Dilceu Weich


Jocely Luis Claas


Julieta Maria Schiavo


Kacyara Maria Tovo Kinner

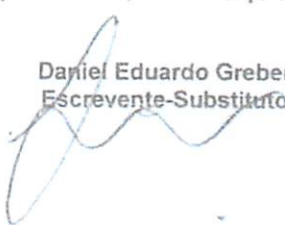

Luiz Ademar Panzer


Marcio Geron


Rosauro Leandro Baretta


Silvério Antonio da Rosa

DANIEL EDUARDO GREBER
Escrevente-Substituto
(Portaria 08/2020)

Serviço de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
PROTOCOLO Nº 0026584
REGISTRAO Nº 0001480
LIVRO A-022 - FOLHA 119/132
Capanea-PR, 05 de março de 2021

Daniel Eduardo Greber
Escrevente-Substituto
Selo 0182096PJAA0000000003521P
Consulte esse selo em
<http://horus.funarpen.com.br/consult>
a

015/PR 97.780

ESTATUTO "CONSTRUINDO GERAÇÕES"

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º - A "CONSTRUINDO GERAÇÕES.", constituída em 13 de janeiro de 2021, com sede na cidade de Planalto, Estado de Paraná, à Avenida Rio Grande do Sul, nº 06, é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, cujo prazo de duração é indeterminado e será regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais que forem aplicáveis.

Parágrafo Único - A fim de cumprir suas finalidades, a entidade organizar-se-á em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno da Associação.

Art. 2º - A CONSTRUINDO GERAÇÕES tem por finalidade:

- I. Promover o ser humano nos seus diversos aspectos cultural, intelectual, esportivo, moral, social, familiar e profissional, para melhorar suas condições de vida e, consequentemente, construir e formar gerações que contribuam para um mundo mais humanizado e de oportunidades de desenvolvimento;
- II. Promover assistência social, educacional, econômica e moral da criança, do adolescente, do jovem, do idoso, da família e da comunidade;
- III. Trabalhar pela melhoria da qualidade de vida de crianças, jovens e adultos, através de implantação de projetos diversos na área educacional, cultural, artística, esportiva, meio-ambiente, lazer e saúde;
- IV. Promover e desenvolver projetos e parcerias com o objetivo de oferecer, em instalações apropriadas, cursos profissionalizantes livres e abertos à comunidade;
- V. Promover a informação para uma vida com qualidade e sustentabilidade mediante organização e promoção de eventos, palestras, conferências, fóruns de discussão e grupos de estudos;
- VI. Promover a educação solidária, a capacitação e formação de agentes multiplicadores de conhecimento;
- VII. Promover e gerir atividades educacionais, mediante a criação, de oficinas culturais, de música, artes visuais, informática, dança, corte e costura, artesanato, desportivas, de informação de saúde e lazer as crianças, adolescentes, adultos, idosos e à comunidade em geral;



VIII. Estimular mediante ações sociais, educativas e culturais, a efetivação dos direitos referentes a vida, a saúde, a alimentação, a educação, a profissionalização, a cultura, a dignidade e ao respeito de crianças, adolescentes e adultos, compreendendo: atividades na área da moda e comunicação social, incluindo a produção, edição, distribuição e vendas de livros, camisetas, vídeos e filmes, promoção de eventos, apresentações teatrais e musicais e atividades de natureza pedagógica com a organização e manutenção de cursos, aulas, oficinas, seminários, palestras, retiros e exposições;

IX. Promover a defesa e preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico e artístico e promoção do desenvolvimento sustentável, através de coleta seletiva e reciclagem, podendo incentivar a criação de cooperativas de trabalho e produção para geração de emprego e renda;

X. Promover processos educativos que assegurem acesso ao ensino fundamental, a formação técnica, a qualificação profissional, possibilitando a inserção no mercado de trabalho;

XI. Promover o desenvolvimento econômico e social e combate a pobreza mediante a gestão de programas e projetos dirigidos a inserção social e geração de emprego e renda;

XII. Promover o exercício da Cidadania, dos Direitos Humanos e das Garantias Individuais e Coletivas, especialmente as previstas no Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993);

XIII. Estimular todas as formas de expressão cultural, promovendo ações e desenvolvendo projetos que contribuam para o acesso das populações de baixa renda aos bens culturais;

XIV. Constituir e participar de outras pessoas jurídicas, participar de órgãos, comissões e de outras formas de associação, tanto públicas como privadas, com finalidades correlatas ao seu campo de atuação;

XV. Organizar arquivos, banco de dados e outros sistemas de informação especializados nas áreas relacionadas ao seu campo de atuação;

XVI. Captar e gerir recursos destinados a viabilizar o desenvolvimento das ações pertinentes a sua proposta de atuação e aos seus objetivos sociais;

XVII. Promover o voluntariado e ações comunitárias;

Parágrafo Primeiro - Na consecução de seus objetivos sociais e projetos, poderá criar escritórios, sucursais, ou filiais no território brasileiro e representações no exterior.

Parágrafo Segundo - Para a consecução de seus objetivos poderá criar e desenvolver projetos especiais de capacitação e qualificação, através de cursos profissionalizantes, palestras, conferências ou outras atividades informativas e educacionais necessárias, podendo aceitar voluntários, colaboradores, parceiros ou contratar profissionais de

qualquer área do conhecimento humano, bem ainda firmar acordos de cooperação, convênios ou parcerias com entidades educacionais, organismos oficiais de fomento a pesquisa, universidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas correlatas.

Parágrafo Terceiro – Para a consecução de seus objetivos poderá celebrar contratos, convênios, termos de parceria, acordos e quaisquer outras formas de abrigar ou manifestar vontade, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, sociedades de economia mista, entidades parastatais, consórcios, associações, sociedades e demais entidades civis ou comerciais, nacionais ou internacionais, dotadas ou não de personalidade jurídica, relacionadas com o seu campo de atuação.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - Poderá ser admitido como associado qualquer pessoa maior, de ambos os sexos, sem distinção de raça, credo ou filiação político-partidária, sendo a admissão feita da seguinte forma:

I – Associados Fundadores: são aqueles que assinam a Ata de fundação da Associação:

II – Associados Titulares: São aqueles que requerem inscrição sob o compromisso expresso de contribuir mensalmente com valores fixados pela Diretoria:

III – Associados Colaboradores: são aqueles admitidos por requerimento de inscrição, sujeitos ou não a contribuição mensal, por decisão da Diretoria Executiva, com o objetivo de colaboração:

IV – Associados Honorários: são aqueles cuja atuação em favor da associação for relevante e especial na elaboração e desenvolvimento de projetos, estudos e demais ações concernentes aos objetivos da associação:

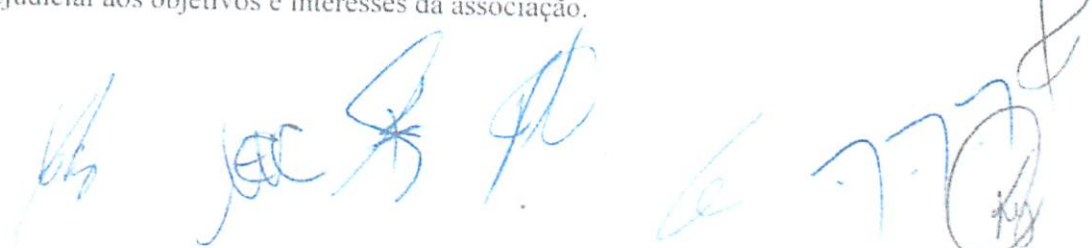
V – Associados Beneméritos: são todas as pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado ou estejam prestando relevantes serviços para o desenvolvimento da Associação ou que por generosa, relevante e espontânea contribuição, mereçam tal distinção, a critério da Diretoria:

§ 1º Os associados serão admitidos mediante contribuição mensal e preenchimento de ficha cadastral, devidamente aprovada pela Diretoria, e em caso de aprovação, deverá respeitar o estatuto e o regimento interno.

§ 2º Será excluído da associação o associado:

- I. que infringir as normas sociais;
- II. que deixar de cumprir as suas obrigações para com a associação;

§ 3º - A exclusão do associado far-se-á mediante a aprovação da maioria dos membros da Diretoria, mediante justa causa, na hipótese de descumprimento dos deveres do associado ou conduta prejudicial aos objetivos e interesses da associação.



§ 4º - Da decisão que decretar a exclusão, é cabível recurso à Assembleia Geral.

§ 5º - A readmissão de associados obedecerá às mesmas normas da admissão.

Art. 4º - São direitos de todos os associados quites com suas obrigações sociais:

- III. Participar das Assembleias Gerais com direito de voz e voto;
- IV. Votar e ser votado para cargos eletivos;

Art. 5º - São deveres dos associados:

- I. Cooperar na integral realização dos objetivos da Associação;
- II. Cumprir as disposições do presente Estatuto, do Regimento Interno e as resoluções da Diretoria;
- III. Satisfazer, na forma e tempo devidos, a todos os compromissos para com a associação;
- IV. Contribuir mensalmente com importância destinada à manutenção das atividades;
- V. Defender os objetivos e ações da associação junto a comunidade e a opinião pública;
- VI. Ter postura ética e moral dentro ou fora das dependências da associação de acordo com as propostas e objetivos da entidade;
- VII. Informar a associação toda e qualquer alteração cadastral;

Art. 6º - Os associados não respondem pelas obrigações e compromissos assumidos pela associação.

Art. 7º - O associado que tiver interesse em se retirar da associação e renunciar a sua condição social deverá manifestar sua intenção à Diretoria, por escrito, comprovando estar em dia com suas obrigações perante a associação.

CAPÍTULO III - DA FORMA E GESTÃO

Art. 8º - A CONSTRUINDO GERAÇÕES não distribui entre associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente na consecução dos seus objetivos.

Art. 9º - No desenvolvimento de sua atividades a CONSTRUINDO GERAÇÕES observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero, religião e seus administradores, dirigentes e gestores executivos adotarão práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais em decorrência de participação nos processos decisórios.

Art. 10º - A CONSTRUINDO GERAÇÕES terá um Regimento Interno que será aprovado pela Assembleia Geral e disciplinará o seu funcionamento.

Art. 11º - O Regimento interno será válido para todas as unidades da Associação.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12º - A associação será constituída pela Assembleia Geral, pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - A CONSTRUINDO GERAÇÕES poderá remunerar gestores executivos contratados para planejar, desenvolver, operacionalizar e controlar projetos ou programas específicos e aqueles que lhe prestarem ou fornecer serviços.

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13º - A Assembleia Geral é o órgão de deliberação soberano e se constituirá de associados de pleno gozo de seus direitos estatutários. Será presidida pelo Presidente da Diretoria ou, na sua falta ou impedimento, pelo vice ou outro membro da diretoria.

Art. 14º - Compete a Assembleia Geral:

- I. Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. Deliberar sobre a permuta ou alienação de bens patrimoniais;
- III. Aprovar o Regimento Interno;
- IV. Homologar as Contas e o Balanço Anual aprovados e encaminhados pelo Conselho Fiscal;
- V. Deliberar sobre a reforma do Estatuto;
- VI. Deliberar sobre a extinção Associação;

Parágrafo Único - Para as deliberações referentes aos incisos acima, será exigido voto por maioria simples dos presentes, com o quórum mínimo de maioria simples dos sócios em primeira chamada, e independentemente do quórum mínimo em segunda chamada

Art. 15º - A Assembleia Geral se reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, preferencialmente até o mês de março, para:

- I. Aprovar a proposta de programação e plano de ação anual da associação, submetida pela Diretoria;
- II. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- III. Deliberar e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;

Art. 16º - A Assembleia se reunirá extraordinariamente, por solicitação dos associados e/ou da Diretoria, quando necessário.

§ 1º - Não havendo quórum de maioria simples dos sócios em primeira chamada, será procedida segunda chamada, após 30 minutos. A assembleia será instalada, independentemente do quórum mínimo, imediatamente após a segunda chamada.

§ 2º - As assembleias serão convocadas pela diretoria mediante edital afixado na sede da associação, em quadro próprio, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

DA DIRETORIA

Art. 17º - A Diretoria será constituída pelo Presidente, Vice-Presidente; um Diretor de Programas e Projetos, um Diretor de Operações, um Diretor Financeiro e um Diretor Administrativo.

Parágrafo Único - A Diretoria, cujo mandato será de 4 anos será eleita em Assembleia Geral, e tomará posse no mês seguinte ao da eleição, sendo permitida a reeleição em número ilimitado de vezes.

Art. 18º - Compete a Diretoria:

- I. Elaborar e submeter a Assembleia Geral a proposta de programação anual da instituição;
- II. Executar a programação anual de atividades da instituição;
- III. Reunir-se com instituições públicas, privadas, nacionais ou estrangeiras, para mútua colaboração e desenvolvimento de atividade, programas e projetos de interesse comum;
- IV. Regulamentar as ordens normativas da Assembleia Geral e emitir ordens executivas para disciplinar o funcionamento interno da instituição e seus programas;
- V. Regulamentar critérios para admissão, demissão, direitos, deveres, obrigações e exclusão de associados;
- VI. Destituir administradores e dirigentes ou gestores executivos;
- VII. Deliberar sobre a renúncia de algum dirigente;
- VIII. Deliberar sobre a exclusão de associado por falta grave;
- IX. Emitir ordens normativas internas para funcionários e demais colaboradores;
- X. Deliberar sobre a programação e plano de ação anual da associação;
- XI. Aprovar ou rejeitar a prestação de contas de administradores, dirigentes ou gestores executivos;
- XII. Contratar e demitir funcionários;
- XIII. Aprovar o plano de trabalho para o ano subsequente;
- XIV. Vender ou alienar bens imóveis da associação;

Art. 19º - A Diretoria deverá reunir-se, ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação do presidente, seus membros não serão remunerados.

Art. 20º - Compete ao Presidente:

- I. Representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. Superintender, fiscalizar e intervir na administração da Associação, supervisionando o cumprimento dos objetivos associativos;
- III. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria;
- IV. Autorizar os pagamentos e assinar, com o Tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;

- V. Exercer o voto nas deliberações da Diretoria, sempre que se verificar empates nas decisões;

Art. 21º - Ao Vice-Presidente compete:

- I. Auxiliar o Presidente em suas funções, quando por esse solicitado;
- II. Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

Art. 22º - Compete ao Diretor de Programas e Projetos:

- III. Propor, gerir e desenvolver programas, projetos e metas de atuação da associação;
- IV. Prospectar fontes, viabilizar e captar recursos financeiros e materiais junto a quaisquer setores sociais, físicas ou jurídicas, de caráter público ou privado, nacionais ou estrangeiros, com o objetivo de implementar e satisfazer os programas, projetos e metas estabelecidos para a atuação da instituição, cuidando por utilizar mecanismos legais, eticamente aceitáveis e com transparência;
- V. Elaborar relatório periódico de acompanhamento dos programas e projetos e as respectivas planilhas de evolução de sua sustentabilidade;
- VI. Substituir o Vice-Presidente em suas faltas ou impedimentos;

Art. 23º - Compete ao Diretor de Operações:

- I. A operacionalização de programas e projetos da associação;
- II. Executar os cronogramas estabelecidos, providenciando estrutura, contratação de fornecedores, análises técnicas, para os eventos e funcionamento diário da associação;
- III. Elaborar relatório periódico de acompanhamento dos cronogramas;
- IV. Zelar pelos equipamentos culturais, educacionais e esportivos, entre outros utilizados no funcionamento da associação;
- V. Zelar pelos bens imóveis e instalações das unidades prestadores de serviços;
- VI. Providenciar os materiais de consumo e insumos para as atividades da associação;
- VII. Substituir o Diretor de Programas e Projetos em suas faltas ou impedimentos;

Art. 24º - Compete ao Diretor Financeiro:

- I. Arrecadar, cobrar, controlar e contabilizar as contribuições dos associados, receitas diversas, auxílios, subvenções e donativos, mantendo em dia a escrituração e conciliação bancária da associação;
- II. Manter sob sua guarda todos os bens e valores da associação, fazer a gestão do fluxo de caixa e depositar os fundos em instituição bancária escolhida pelo Presidente;
- III. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente ou Vice-Presidente, mediante recibo, nota fiscal, fatura ou outro documento fiscal hábil;
- IV. Assinar em conjunto com o Presidente ou Vice-Presidente cheques e ordens de pagamento, bem como autorização bancária de forma eletrônica;

- V. Apresentar em reunião de Diretoria os relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- VI. Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da associação, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- VII. Substituir os demais Diretores em suas faltas ou impedimentos;

Art. 25º – Compete ao Diretor Administrativo:

- I. Superintender os trabalhos de secretaria, lavrar as Atas das Reuniões da Diretoria e das Assembleias e organizar o expediente administrativo da entidade;
- II. Cadastrar e manter atualizado o cadastro de associados e a documentação pertinente e cuidar das comunicações e correspondências a eles destinados por qualquer motivo;
- III. Conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos administrativos, atas de reuniões e demais contratos e documentos contábeis, fiscais, previdenciários, fundiários, do pessoal empregado, gestores, voluntários, estagiários e prestadores de serviços;
- IV. Da publicidade a todas as ações e atividades da entidade e divulgar as notícias veiculadas, por qualquer meio necessário e conveniente, especialmente por meio do sítio eletrônico na internet, mantendo-o atualizado;
- V. Providenciar o recrutamento, seleção e contratação de gestores executivos de programas e projetos específicos, mediante demanda e requisitos formulados pelo Diretor de Programas e Projetos, bem como o recrutamento e seleção de empregados, voluntários, estagiários e prestadores de serviço necessários ao desenvolvimento das atividades e projetos da associação;
- VI. Substituir o Diretor Financeiro nas suas faltas e impedimentos;

DO CONSELHO FISCAL

Art. 26º – O Conselho Fiscal eleito pela Assembleia Geral será composto por 3 (três) membros, para um mandato de mesma duração e coincidente com o mandato da Diretoria. Será presidido por um membro escolhido pela Assembleia Geral. Também serão eleitos 2 suplentes para os casos de afastamento ou renúncia.

§ 1º - É necessário que os membros do Conselho Fiscal sejam associados, sendo recomendável que possuam conhecimentos na área financeira ou em contabilidade.

§ 2º - Na primeira reunião do Conselho Fiscal, os seus membros em conjunto com a Diretoria deverão escolher, dentre um de seus integrantes, o Presidente.

Art. 27º – Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da associação;
- II. Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres conclusivos para a Diretoria e Assembleia Geral, sempre que requisitado ou anualmente.

- nas épocas de análises das contas, balanço patrimonial e relatórios operacionais financeiros;
- III. Requisitar ao Diretor Financeiro, a qualquer tempo documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela associação;
 - IV. Acompanhar o trabalho de auditores externos independentes eventualmente designados para avaliação contábil ou operacional, certificação de títulos ou normatização de processos;
 - V. Convocar extraordinariamente a assembleia geral;

§ 1º - Compete ao Presidente do Conselho Fiscal convocar e presidir as reuniões deste Conselho e apresentar os relatórios emitidos à Assembleia Geral.

§ 2º - As reuniões do Conselho Fiscal serão feitas trimestralmente, podendo se reunir extraordinariamente quando necessário.

CAPÍTULO V – DAS FONTES DE RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 28º – São fontes de receita da associação para sua manutenção administrativa, operacional e para desenvolvimento e consecução de sua finalidade social, programas e projetos:

- I. Contribuição dos associados;
- II. Doações em dinheiro;
- III. Donativos ou auxílio financeiro;
- IV. Donativos e auxílios materiais do público em geral;
- V. Donativos, auxílios, verbas de patrocínio, subsídios, subvenções ou repasses financeiros de quaisquer empresas, órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais afinadas com as causas, programas e projetos da associação;
- VI. Receitas operacionais e administrações de cursos profissionalizantes, palestras e eventos culturais, promocionais ou desportivas planejadas, organizadas ou realizadas pela associação diretamente ou mediante convênio ou parceria;
- VII. Receitas operacionais de administração ou de gestão de programas e projetos de cooperativas de produção ou trabalho de reciclagem ou artesanato mantidas ou geridas pela associação mediante convênio ou parceria;
- VIII. Receitas financeiras de aplicações de saldos bancários;
- IX. Receitas oriundas da alienação direta ou por leilão beneficente de bens móveis ou imóveis angariados, doados ou arrecadados para esse fim;

Art. 29º - O patrimônio da associação será constituído por:

- I. Bens móveis
- II. Bens imóveis
- III. Veículos
- IV. Semoventes
- V. Saldos, fundos e aplicações bancárias;

- VI. Ações, títulos públicos e outros ativos financeiros;
- VII. Outros direitos

CAPÍTULO VI – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 30º - A aprovação das contas, dos balanços patrimoniais e demonstrações realizadas em cada exercício social deverão obedecer aos seguintes procedimentos:

- I. Os princípios e as normas brasileiras de contabilidade;
- II. A publicidade do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débito inerentes a associação;
- III. A realização de auditoria, inclusive por auditores independentes externos, se for o caso, relativamente a aplicação de recursos eventualmente oriundos de termo de parceria ou convênios firmados com entes públicos ou privados para gestão ou execução de programas e projetos, conforme previsto no regulamento;
- IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidas será feita conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal;
- V. O encerramento do exercício fiscal será ao término de cada ano civil;

CAPÍTULO VII – DA REFORMA DO ESTATUTO

Art. 31º - O presente Estatuto somente poderá ser reformado pela Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, contando com um quórum mínimo de metade mais um dos associados. Para aprovação das reformas deverá haver pronunciamento favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

§ único- A assembleia específica para aprovação da reforma do estatuto será instalada, independentemente do quórum mínimo, imediatamente após a segunda chamada, com no mínimo 1/3 (um terço) dos associados.

CAPÍTULO VIII – DOS DIREITOS ADICIONAIS DOS FUNDADORES

Art. 32º - Os associados na categoria de fundadores assistirão os seguintes direitos adicionais:

- I. receberem o título de fundadores;
- II. participar da Assembleia Geral e das demais reuniões, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem
- III. garantir-se-á a continuidade de representação desta categoria de associados nas Assembleias Gerais, transmitindo-se a qualidade de sócio fundador, na hipótese de desaparecimento de qualquer um deles, ao herdeiro sucessor em linha reta.
- IV. Propor medidas que julgarem convenientes ao interesse da entidade;
- V. Ser eleitos para cargos de diretoria;
- VI. Gozar das vantagens que forem votadas pela Assembleia Geral;

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33º – No caso de dissolução da entidade, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere a ser indicada pelo conselho de administração, com personalidade jurídica.

Art. 34º – A aplicação das receitas, rendas, rendimentos ou eventual resultado operacional da associação será integralmente em território Nacional na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos, institucionais, conforme exigências do art. 3º inciso IX do Decreto 2536/98 e de acordo com o disposto no Art. 14 do CTN.

Art. 35º - A associação será dissolvida com a aprovação de maioria qualificada (3/5) da totalidade dos associados, em Assembleia especialmente convocada para tal deliberação.

Art. 36º - Os casos omissos serão tratados pela Diretoria.

Art. 37º - O presente estatuto foi aprovado pelos associados fundadores, do qual constam os nomes e qualificação dos mesmos, e entra em vigor na data de seu registro em Cartório.

Planalto, 14 de janeiro de 2021.

PLANALTO
CUIABÁ-PA

Vanderlei Copini
Rosauro Leandro Baretta

Vanderlei Copini

RG 6.692.685-0

CPF 017.716.429-80

SERVENTIA DISTRITAL DE PLANALTO - PR

Selo Digital nº 81826245VAAE900002486212

Consulte esse selo em <http://focis.furamem.com.br/consulta>

Reconheço por Semelhança as assinaturas de VANDERLEI COPINI e ROSAURO LEANDRO BARETTA - DMN - F8AGVK2-10Z735B901. Daqui se Planalto-Paraná, 01 de março de 2021. Em Testemunha da Verdade

Rosalei Cristina Dresch Libardi Oficial Interna



Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais
Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Planalto-Paraná, 01 de março de 2021

Rosauro Leandro Baretta

Rosauro Leandro Baretta

RG 3.966.636-7

CPF 030.462.089-01

Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais
Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Planalto-Paraná - Agência Delegada
Cartório de Capangatu - PR - 3552-1485
cartorio@rcrc.org.br@hotmail.com

[Handwritten signatures and initials]

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

PROTOCOLO Nº 0026584

REGISTRAO Nº 0001480

LIVRO A-022 - FOLHA 119/132

Capanea-PR, 05 de março de 2021

Daniel Eduardo Greber
Escritor Substituto

Selo 0182096PJAA000000003521P

Consulta esse selo em
<http://horus.funarpen.com.br/consulta>

DANIEL EDUARDO GREBER
Escritor Substituto
(Portaria 08/2020)

Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais
Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Nair Iria Greber - Agente Delegada
Comarca de Capanea-PR - 3552-1485
cartonogreber@hotmail.com

Ata número 01/2022. Aos quinze dias do mês de junho, reuniram-se no escritório da empresa Copini Group, os membros da Diretoria para participar da Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Construindo Gerações, sendo saudados pelo Senhor Presidente Vanderlei Copini, que solicitou a leitura do edital, sendo posto em discussão, apreciação e aceitação unânime de todos os presentes. O presidente saudou a todos os presentes, dando sequência ao assunto ao qual está descrito no Edital, ou seja, a apresentação de um novo nome para suprir a demanda do atual Diretor Financeiro, Senhor Jose Mauricio Lopes da Silva Júnior, que por motivo de mudança de domicílio e Estado, não consegue cumprir com suas funções in loco e deste solicitando a sua exclusão/renúncia como membro da Instituição, pois no momento o mesmo não consegue realizar sua atribuição ao qual são inerentes ao cargo ora ocupado. Desta forma foi apresentado o nome da Senhora Édina Mombach Copini para suprir a demanda do cargo em questão e tendo a aclamação dos presentes. Na sequência, a Senhora Édina fez uso da palavra e diz estar à disposição da Instituição, assumindo a responsabilidade pela qual lhe foi designada. Conforme a necessidade perante aos órgãos legais e conforme legislação descrevemos os dados pessoais da nova Diretora Financeira do Instituto Construindo Gerações. Édina Daniela Mombach Copini, Casada, Profissão Empresaria, portadora do CPF número 022.912.399-61, RG número 5.753.706-0 órgão emissor SESP, residente a Rua Elcina Budke, número 358, Centro na cidade de Planalto, Estado do Paraná, CEP 85.750-000. Em seguida o Presidente fez novamente uso da palavra e apresentou a todos os presentes algumas ideias e projetos que estão sendo elaborados para o fortalecimento das ações do Instituto Construindo Gerações, fortalecendo o desenvolvimento em várias áreas em sua região de abrangência. Os membros presentes também falaram da importância destas ações e se puseram à disposição para dar andamento aos mesmos. Nada mais havendo a ser tratado, encerro a referida Ata que segue por mim assinada e pelos demais presentes. Vanderlei Copini, Édina Daniela Mombach Copini, Rosaura Baretta, Jair Dilceu Weich, Jocely Luis Claas, Márcio Geron, Noeli Beatriz Kafer Ampessan e Kacyara Maria Tovo Kinner. Esta é a cópia fiel da Ata original.

Vanderlei
COPINI

SERVENTIA DISTRITAL DE PLANALTO - PR
Avenida do Grande do Sul 101, Vão 21 - Centro - CEP 85.750-000 - PLANALTO/PR
cartorio@greberabonatti.com.br - Fone 41-3552-1000

Selo Digital nº F204XaVotcVcr35tsj397f00a

Consulte esse selo em <https://selo.funarpen.com.br/consulta>

Reconheço por Semelhança a assinatura de VANDERLEI COPINI, "0001"

F8AGVK2-568868-90, Pou f6, Planalto-Paraná, 01 de agosto de 2022.

Em Testemunho, _____ da Veracidade

Juliana Szekut - Assessorante



Juliana Szekut
PP: 072.841.240/70
Escritório

Serviço de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Registro Civil de Pessoas Jurídicas

PROTOCOLO Nº 0027685

REGISTRAO Nº 0001647

LIVRO A-027 - FOLHA 017/017

Capanema-PR, 18 de agosto de 2022

Daniel Eduardo Greber
Escrevente-Substituto

Selo F209MCzqdEGrMsIXskkDab2I

Consulte esse selo em
<http://horus.funarpen.com.br/consulta>

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins do acordo de cooperação que o Instituto Construindo Gerações, dispõe de recursos humanos para a realização das atividades propostas no Plano de Trabalho apresentado.

Planalto, 07 de junho de 2023.



Vanderlei Copini

DECLARAÇÃO

Venho através de esta DECLARAR que o Instituto Construindo Gerações CNPJ 41.458.325/0001-08, não se enquadra nas hipóteses de impedimentos previstos no art. 39 da lei 13.019/2014.

Planalto, 1 de junho de 2023.



Venderlei Copini

DECLARAÇÃO

Venho através de esta DECLARAR que o Instituto Construindo Gerações CNPJ 41.458.325/0001-08, não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades.

Planalto, 1 de junho de 2023.



Vanderlei Copini

DECLARAÇÃO

O Instituto Construindo Gerações de Planalto – PR, sociedade civil, sem fins lucrativos, situado na Rua Rio Grande do Sul n 6, bairro João Zacco do município de Planalto, inscrito no CNPJ: 41.458.325/0001-08, através de seu presidente legal Sr. Vanderlei Copini portador do RG. 6692685-0 e CPF 017716429-80 DECLARA seus diretores não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei 13.019/2014.

Por ser a expressão de verdade e para que tenha efeitos de direitos, data-se e firma a presente Declaração.

Planalto, 1 de junho de 2023.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vanderlei Copini', is written over a horizontal line. The signature is stylized with a large, sweeping initial 'V'.

Vanderlei Copini

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins que o Instituto Construindo Gerações CNPJ 41.458.325/0001-08, não emprega menor de idade, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1968.

Planalto, 1 de junho de 2023.



Vanderlei Copini



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CONSTRUINDO GERACOES
CNPJ: 41.458.325/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:51:32 do dia 29/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/12/2023.

Código de controle da certidão: **8C05.5BCC.C9E5.0CDF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
41.458.325/0001-08
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
05/02/2021

NOME EMPRESARIAL
CONSTRUINDO GERACOES

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
INSTITUTO CONSTRUINDO GERACOES

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (Dispensada *)

85.91-1-00 - Ensino de esportes

85.92-9-02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança (Dispensada *)

85.92-9-03 - Ensino de música (Dispensada *)

85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente (Dispensada *)

99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)

90-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento

90.01-9-01 - Produção teatral (Dispensada *)

90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente

90.03-5-00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas

93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos (Dispensada *)

93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente

94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
AV RIO GRANDE DO SUL

NÚMERO
06

COMPLEMENTO

CEP
85.750-000

BAIRRO/DISTRITO
JOAO ZACCO PARANA

MUNICÍPIO
PLANALTO

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
CONTROLADORIA@COPINIGROUP.COM

TELEFONE
(46) 9903-4139/ (46) 3555-1355

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
05/02/2021

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/06/2023 às 16:54:57 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



PAZ E JUSTIÇA
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSTRUINDO GERACOES (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 41.458.325/0001-08

Certidão nº: 28963674/2023

Expedição: 21/06/2023, às 16:52:51

Validade: 18/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSTRUINDO GERACOES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **41.458.325/0001-08**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030886715-69

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 41.458.325/0001-08

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/10/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Certidão Negativa de Pendências

NPJ: 41.458.325/0001-08

requerente: CONSTRUINDO GERACOES

Tribunal de Contas do Estado do Paraná CERTIFICA, em consulta ao banco de dados da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX, que, nesta data, não consta registro de pendências, referentes a contas julgadas regulares nos últimos 8 (oito) anos e sanções ou determinações, de responsabilidade do requerente.

Esta certidão não se aplica aos seguintes casos:

- 1) aos registros para obtenção de certidão liberatória pelas entidades e suas vinculadas, conforme Instrução Normativa nº 3/2012;
- 2) aos registros constantes da apreciação pelo Tribunal, mediante emissão de parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos chefes dos poderes executivo estadual e municipais, conforme inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 13/2005.

Esta certidão emitida em 02/08/2023 14:15:33, com validade de 30 (trinta) dias, a contar da emissão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site www.tce.pr.gov.br mediante digitação do código de controle.

Código de controle desta certidão: 81893780

Esta certidão emitida nos termos da Instrução de Serviço nº 92, de 15/12/2014.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONVÊNIO – PROJETOS SOCIAIS

Para Implementação e Manutenção da Metodologia da Escola Furacão.
Conforme Lei 9.279 de 14 de maio de 1996 – INPI processo nº 904718808

SEDE: Planalto/PR**Endereço: Av. Rui Grande do Sul s/nº Bairro: João Zacco.**

São PARTES deste Convênio:

1) **CONSTRUINDO GERAÇÕES**, pessoa jurídica de direito público, com sede em Planalto/PR, na Av. Rui Grande do Sul nº 6 Bairro: João Zacco CEP: 85.750-000 CNPJ: 41.458.325/00014-08, representada pelo Exmo. Presidente Vanderlei Copini, doravante denominado ASSOCIAÇÃO;

2) **FUNDAÇÃO CLUB ATHLETICO PARANAENSE**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba – PR, na Estrada do Ganchinho, nº 1451, Bairro Sítio Cercado, CEP 81930-160, CNPJ 44.844.194/0001-87, por seus representantes legais Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha e Roberto Bonnet, doravante denominado FUNCAP.

E ainda, na qualidade de Interveniente Anuente:

3) **CLUB ATHLETICO PARANAENSE**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba/PR, na Rua Buenos Aires, nº 1270, Bairro Água Verde, CNPJ 76.710.649/0001-68, por seus representantes legais Mário Celso Petraglia e Lauri Antonio Pick, doravante denominado CAP.

a) CONSIDERANDO que a ASSOCIAÇÃO tem interesse na instalação de uma *Escola de Futebol* em sua base territorial, para oferecer lazer à população do Município e estimular a prática desportiva, como meio de integração social, socialização e transmissão de valores relevantes no seio da comunidade;

b) CONSIDERANDO que o CAP na data de 24.01.2022 firmou o Contrato de Licença de Uso de Marca e Cessão de Direitos, por meio do qual o CAP concedeu à FUNCAP a licença de uso dos direitos da marca Escola Furacão para a finalidade de execução das atividades da FUNCAP;

c) CONSIDERANDO que a FUNCAP é uma fundação que tem finalidade assistencial, educacional, moral, cultural e esportiva, destinada a promover a cultura do esporte, bem como o apoio as crianças, aos jovens e à família;

d) CONSIDERANDO que a FUNCAP, com o apoio do CAP, reúne todas os conhecimentos técnicos, pedagógicos e desportivos necessários para instalação e manutenção de uma *Escola Furacão*,

As PARTES firmam o presente CONVÊNIO, conforme cláusulas e condições abaixo:

1.OBJETO: Pelo presente, as PARTES definem obrigações recíprocas, com a finalidade de instalação e funcionamento de uma *Escola Furacão* nas instalações desportivas da ASSOCIAÇÃO na cidade de **Planalto/PR End.: Av. Rui Grande do Sul s/nº Bairro: João Zacco.**

1.1 A *Escola Furacão* terá como finalidade precípua a prática desportiva, técnica (ensinamento dos princípios dos fundamentos do futebol), educacional e social, sem caráter

de rendimento, buscando alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, de acordo com os princípios previstos no art. 217 da Constituição Federal e nos dispositivos da Lei 9.615/98.

1.2 São partes integrantes do presente Convênio, o Regimento Interno e os Manuais de Normas e Procedimentos (metodologia CAP) os quais estabelecem outros direitos e deveres a serem cumpridos pela ASSOCIAÇÃO, sob pena de rescisão contratual, na forma da Cláusula Quatorze do presente Convênio.

2.DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS: Caberá a ASSOCIAÇÃO disponibilizar as instalações desportivas para funcionamento, mantendo-as em perfeito estado de limpeza e conservação, que deverão conter:

a) Um campo de grama sintética ou natural ou quadra de futsal com traves devidamente instaladas, redes, marcação, piso plano, seguro e apropriado para prática esportiva;

b) Vestiários;

c) Sala para secretaria, equipada no mínimo com telefone e computador com acesso à internet e impressora;

d) Depósito para materiais esportivos devidamente acondicionados e identificados.

3. HORÁRIO DE UTILIZAÇÃO E TURMAS: As instalações desportivas serão utilizadas durante as aulas ministradas aos ALUNOS da *Escola Furacão*.

3.1 As aulas serão ministradas em dias e horários a serem acordados entre ASSOCIAÇÃO e FUNCAP.

3.2 Por mútuo acordo, as PARTES poderão alterar os horários de utilização.

3.3 Cada turma conterá inscritos, no máximo, 25 (vinte e cinco) alunos na grama sintética, 30 (trinta) alunos na grama natural e 20 (vinte) alunos no Mamadeira Kids ou Futsal.

3.4 A ASSOCIAÇÃO deverá obrigatoriamente efetuar o cadastro e matrícula dos ALUNOS no sistema web de gestão administrativa do CAP.

4.RECURSOS HUMANOS: A ASSOCIAÇÃO, disponibilizará corpo de profissionais com, 1 (um) professor de Educação Física com CREF que será o responsável por ministrar as aulas, 1 (um) estagiário estudante de Educação Física e 1 (uma) Secretária, para escolas até 100 alunos. A cada 50 novos alunos deverá contratar um novo estagiário e a cada 100 alunos um novo professor com CREF.

4.1 A remuneração dos profissionais será custeada isoladamente pela ASSOCIAÇÃO.

4.2 A FUNCAP capacitará o (s) professor (es) de Educação Física para ministrarem atividades técnicas, pedagógicas e psicomotoras aos alunos de acordo com a metodologia CAP, a qual integra esse Convênio, visando o desenvolvimento da formação técnica, educacional, social e da cidadania.

4.3 A ASSOCIAÇÃO e seus profissionais estarão sujeitos a avaliação constante pela FUNCAP, a qual poderá exigir o desligamento tanto da ASSOCIAÇÃO, como também, do profissional (is) que não apresente (m) aptidão física, técnica ou intelectual para o exercício da profissão, ou que pratiquem qualquer ato que possa prejudicar a imagem da FUNCAP e/ou do CAP.

4.4 Caberá a ASSOCIAÇÃO a responsabilidade por eventual ato ilícito praticado pelos professores, estagiários, secretária ou qualquer outro profissional a ele subordinado, bem como por qualquer sanção ocasionada por eventual irregularidade ou ausência do registro do profissional junto ao CREF.

4.5 Em caso de condenação judicial da FUNCAP e/ou do CAP em ação judicial promovida em face de ato ilícito referido no item anterior, a ASSOCIAÇÃO, deverá efetuar o pagamento integral previamente de todos os valores a serem despendidos pela FUNCAP e/ou CAP, bem como dos valores já gastos com custas e honorários advocatícios.

4.6 Caso a ASSOCIAÇÃO não efetue o pagamento integral prévio, ficará obrigado a reembolsar a quantia desembolsada judicialmente pela FUNCAP e/ou CAP, bem como demais despesas (honorários advocatícios, custas e outros), acrescida de multa de 10% (dez por cento), concordando, desde já, a ASSOCIAÇÃO para todos os efeitos, ser essa dívida líquida e certa, passível de execução.

5. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA: O presente Convênio não importa em vínculo de ordem trabalhista entre os profissionais contratados pela ASSOCIAÇÃO e a FUNCAP e/ou CAP. Em caso de eventual ação judicial trabalhista movida por profissional da ASSOCIAÇÃO em face da FUNCAP e/ou do CAP, isoladamente ou como responsável subsidiário ou solidário com a ASSOCIAÇÃO, este se obriga a assumir o pólo passivo da ação, declarando e reconhecendo desde logo não ter o CAP qualquer responsabilidade na lide.

5.1 Em caso de condenação judicial da FUNCAP e/ou do CAP em ação judicial referida no caput da presente cláusula, a ASSOCIAÇÃO deverá efetuar o pagamento integral previamente ao momento em que a FUNCAP e/ou CAP venha a ser obrigado a fazê-lo, de todos os valores a serem despendidos, bem como dos valores já gastos com custas e honorários advocatícios.

5.2 Caso a ASSOCIAÇÃO não efetue o pagamento integral prévio, ficará obrigado a reembolsar à FUNCAP e/ou CAP a quantia desembolsada judicialmente e demais despesas (honorários advocatícios, custas e outros), devidamente corrigidos, acrescidos de multa de 100% (cem por cento), concordando, desde já, a ASSOCIAÇÃO para todos os efeitos, ser essa dívida líquida, certa e passível de execução.

6. RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS: ASSOCIAÇÃO assume exclusiva responsabilidade perante os funcionários, fornecedores e prestadores de serviço eventualmente contratados para prestação dos serviços objeto deste Convênio, bem como perante os ALUNOS e seus representantes legais, quando às condições dos serviços prestados, inclusive quanto a saúde e segurança dos ALUNOS.

6.1 Para fins de saúde e segurança dos alunos durante festivais, torneios, eventos e outros, organizados pela ASSOCIAÇÃO, o mesmo deverá contratar 1 (um) profissional socorrista terceirizado para prestação de serviços, as suas expensas.

6.2 Caberá isoladamente a ASSOCIAÇÃO o cumprimento de todas as normas legais obrigatórias relativas à sua atividade (normas municipais de urbanismo, alvará de funcionamento, normas tributárias, normas de saúde pública, normas de proteção ao consumidor ou de qualquer outra índole).

7. IDENTIDADE VISUAL E DA MARCA: A escola de futebol deverá ser designada pela expressão "Escola Furacão", conforme orientação da FUNCAP, sem agregação de qualquer outra marca, insígnia, logotipo, denominação ou sinal distintivo no espaço físico ou aéreo das escolas de futebol, de acordo com padrão definido através de manual de identidade do Marketing do CAP/FUNCAP, cumprindo a ASSOCIAÇÃO o dever de realizar a identificação visual das suas instalações de acordo com as diretrizes e projetos aprovados pela FUNCAP, até o início das suas atividades (inauguração).



7.1 A marca "Escola Furacão" como também outro sinal distintivo registrado pelo CAP não poderá sofrer qualquer alteração pela ASSOCIAÇÃO, nem mesmo quanto às cores ou às proporções dos traços.

7.2 A ASSOCIAÇÃO não poderá autorizar, ceder, transferir, sublicenciar ou, de qualquer forma, negociar o direito de uso da marca ou direitos derivados deste, salvo se autorizada de forma expressa e por escrito pela FUNCAP, ficando ciente a ASSOCIAÇÃO de que a marca é de propriedade exclusiva do CAP, sendo regularmente licenciada à FUNCAP, a qual se encontra protegida pelas leis da propriedade intelectual.

7.3 Em caso de extinção deste Convênio, seja por decurso do prazo, resolução, rescisão, inadimplência ou qualquer outra modalidade de extinção, fica a ASSOCIAÇÃO obrigado a cessar todo e qualquer uso da Marca CAP e FUNCAP, em especial a marca "Escola Furacão", devendo comunicar formalmente todos os seus ALUNOS sobre esta questão. Seguem abaixo as principais obrigações que deverão ser cumpridas pela ASSOCIAÇÃO:

- a) abster-se de utilizar como material oficial da escola (em caso de permanência das atividades) os Kits Uniformes, uniforme de professores, bolas e coletes oficiais que foram adquiridos em decorrência do Convênio;
- b) abster-se de utilizar o conteúdo e o know-How referente à metodologia CAP, voltada para formação técnica (ensinamento dos princípios dos fundamentos do futebol), educacional e social dos ALUNOS por meio do futebol;
- c) abster-se de realizar qualquer divulgação comercial como "Escola Furacão";
- d) abster-se de participar de competições com vinculação comercial à marca FUNCAP, CAP ou "Escola Furacão"; e
- e) abster-se de manter em suas instalações desportivas qualquer item de comunicação visual que relacione as atividades da escola à marca FUNCAP, CAP ou "Escola Furacão", devendo todo e qualquer item que faça esta menção ser removido no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a extinção do Convênio.

7.3.1 Na hipótese de violação de qualquer destas regras ou outras similares que digam respeito à utilização indevida da marca com a finalidade comercial, a ASSOCIAÇÃO será notificado para regularizar a questão no prazo de até 05 (cinco) dias. Não comprovando a regularização, ficará sujeito ao pagamento de multa diária na importância de R\$ 100,00 (cem reais) até o cumprimento da obrigação, limitado ao valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sem prejuízo de a FUNCAP e/ou o CAP adotar as medidas judiciais cíveis e criminais cabíveis.

7.4 A ASSOCIAÇÃO compromete-se a zelar pela proteção e manutenção da marca "Escola Furacão", usando-a somente de acordo com as orientações recebidas da FUNCAP; informar pontualmente à FUNCAP e ao CAP o uso indevido da marca por terceiros. ASSOCIAÇÃO não poderá utilizar em sua denominação social, em seu nome de fantasia e em seus documentos, inclusive fiscais, a expressão "Escola Furacão".

7.5 Os dados da ASSOCIAÇÃO poderão ser inseridos tanto nos materiais de Marketing quanto em documentos de comunicação junto à comunidade, alunos, familiares.

7.6 Toda e qualquer alteração da marca no curso deste Convênio que implique a alteração da identidade visual no espaço das escolas de futebol deverá ser comunicada a ASSOCIAÇÃO com pelo menos 06 (seis) meses de antecedência.

7.7 a ASSOCIAÇÃO deverá utilizar uniformes oficiais de jogo com a marca "Escola Furacão" nas competições e jogos amistosos que vier a disputar, para o fim de manter a identidade visual da FUNCAP/CAP.

7.7.1 A compra dos uniformes oficiais para estes jogos deverá ser realizada direta e exclusivamente da FUNCAP e, na hipótese de descumprimento desta condição, seja pela não utilização dos uniformes ou pela compra de terceiros, o Convênio poderá ser rescindido por justa causa.

8. PUBLICIDADE: A FUNCAP e o CAP reservam o direito exclusivo de veicular anúncios e propagandas de empresas parceiras e patrocinadoras em torneios, festivais, eventos e outros, bem como no material da *Escola Furacão*.

8.1 Caso a ASSOCIAÇÃO firmar algum patrocínio com terceiros e desejar utilizar a marca do patrocinador em sua Escola, deverá enviar a solicitação à FUNCAP para que seja avaliado pelo seu Departamento de Marketing. A utilização da marca de terceiros, sem a prévia autorização da FUNCAP será considerada infração contratual e a FUNCAP poderá rescindir imediatamente o presente Convênio, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

8.2 A ASSOCIAÇÃO está ciente de que o esforço de marketing é proporcional ao sucesso na captação de alunos, assim compromete-se a participar e veicular, campanhas de publicidade (propaganda, promoções, eventos) visando a divulgação da *Escola Furacão*.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ASSOCIAÇÃO: A ASSOCIAÇÃO declara estar ciente de que sua atuação será avaliada de forma institucional, pela FUNCAP, por meio de sistema disponibilizado via site *Escola Furacão* ("web") ou de outro sistema implementado pela FUNCAP, especialmente desenvolvido para este fim, devendo tal avaliação ser compartilhada com a ASSOCIAÇÃO, excetuada a indicação do avaliador, que será preservada.

9.1 O sistema solicitará avaliação da infraestrutura, gestão, profissionais e da metodologia CAP.

9.2 Com o propósito de verificar o efetivo cumprimento de todas as obrigações contratualmente assumidas e a qualidade da ASSOCIAÇÃO, a FUNCAP também avaliará, periodicamente, sem prévio aviso, através de prepostos ou contratados devidamente identificados, a atuação da ASSOCIAÇÃO, que, desde logo, assegura-lhe livre acesso a todas as dependências da *Escola Furacão* para visitas de supervisão e monitoramento de seu funcionamento, devendo a ASSOCIAÇÃO colaborar plenamente, colocando à disposição, de imediato, todos os documentos, contratos ou informações que lhe forem solicitados, desde que inerente ao presente instrumento.

9.3 Ainda, em atendimento às obrigações previstas nesta cláusula, a ASSOCIAÇÃO deverá cadastrar informações completas sobre os seus colaboradores, alunos e outras informações pertinentes referentes à Escola. Estas informações deverão ser cadastradas por meio de software disponibilizado pela FUNCAP e de acordo com as instruções de preenchimento que forem apresentadas pela FUNCAP.

10. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS ALUNOS: A ASSOCIAÇÃO deverá implantar e desenvolver a Metodologia CAP, voltada para formação técnica (ensinamento dos princípios dos fundamentos do futebol), educacional e social dos ALUNOS por meio do futebol, sendo possível realização de competições para promoção da *Escola Furacão*.

10.1. Não haverá cobrança de mensalidades de alunos eis que se trata de atividade de caráter filantrópico.

10.2 A faixa etária a ser atendida pela ASSOCIAÇÃO será dos 3 (três) aos 13 (treze) anos e 11 (onze) meses, dividido nas seguintes classes: Mamadeira Kids (3 a 5 anos), SUB 7 (6 e 7 anos), SUB 9 (8 e 9 anos), SUB 11 (10 e 11 anos), SUB 13 (12 e 13 anos).

10.3 A ASSOCIAÇÃO se obriga a contratar as suas expensas serviços de emergência médica, para atendimento aos alunos para eventual necessidade.

10.4 A ASSOCIAÇÃO será responsável em fornecer transporte para os ALUNOS das equipes da *Escola Furacão* em caso de jogos ou campeonatos realizados fora da sede da ASSOCIAÇÃO, seja no limite territorial do Município-Sede da *Escola Furacão*, seja em outro Município.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES: Ficam as PARTES obrigadas ao fornecimento das seguintes informações e atividades:

- a) ASSOCIAÇÃO: Relatórios de aulas, planos de aula, relatórios de performance desportiva e calendário de eventos, publicidade, marketing, conservação dos campos sejam campos de gramado, sintético ou futsal.
- b) FUNCAP: Supervisão das atividades e aulas, treinamento presencial na sede em Curitiba, premiações, torneios, eventos, visita in loco na sede da ASSOCIAÇÃO.
- c) CAP: Realização de visitas à Escola Furacão por meio de seus observadores para fins de avaliação e monitoramento dos ALUNOS para fins de eventual projeção de carreira, desenvolvimento e atualização da metodologia aplicada nas Escolas Furacão.

12. RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA A FUNCAP: O presente convênio é realizado de forma não onerosa em virtude do seu caráter filantrópico, somente devendo a ASSOCIAÇÃO adquirir os Kits Uniformes previstos na cláusula 12.1.

12.1 A ASSOCIAÇÃO deverá adquirir da FUNCAP de forma obrigatória, a cada período de 12 (doze) meses de vigência deste Convênio, no mínimo 40 (quarenta) *Kits Uniformes* (meião, calção e camisa), totalizando o valor mínimo de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), tendo como base o valor unitário de R\$ 100,00 (Cem reais). Adicionalmente, a ASSOCIAÇÃO deverá adquirir diretamente da Loja Oficial do CAP ou de outros estabelecimentos autorizados, desde que com o selo oficial do CAP, materiais esportivos necessários para funcionamento da Escola Furacão, que são: 2 camisas, 2 calções, 1 agasalho.

12.1.1 A referida quantidade mínima de *Kits* e materiais deverá ser adquirida pela ASSOCIAÇÃO em até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do presente Convênio, sob pena de rescisão automática.

12.2. Os *Kits Uniformes* referidos no item 12.1 acima poderão sofrer reajuste de preço a critério exclusivo da FUNCAP e da empresa patrocinadora de materiais esportivos do CAP. Fica garantido o valor unitário acima informado apenas para os pedidos realizados em até 90 (noventa) dias a partir da assinatura deste instrumento.

13. PRAZO: O presente Convênio vigorará pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser renovado automaticamente por igual período caso sejam mantidas todas as condições previstas (inclusive, a necessidade da aquisição adicional de no mínimo 40 *Kits Uniformes*) e desde que não haja manifestação em sentido contrário por nenhuma das Partes, em até 30 (trinta) dias antes do término da vigência originária. Caso, entretanto, haja alteração em qualquer das condições contratuais, especialmente no valor dos *Kits Uniformes* referido na Cláusula 12 e subitem 12.1, o que poderá ocorrer a exclusivo critério da FUNCAP, o Convênio poderá ser renovado somente se houver formalização de Termo Aditivo entre as Partes.

13.1. A FUNCAP poderá romper o Convênio a qualquer tempo, sem ônus, notificando a ASSOCIAÇÃO, com prazo de 30 (dias), via AR.

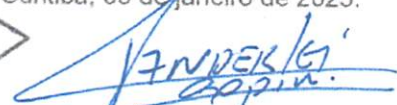
14. **RESCISÃO:** Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações deste Convênio, incluindo as obrigações previstas no Regimento Interno e Manuais, a PARTE inocente poderá rescindir o presente Convênio, mediante notificação à outra. A PARTE inadimplente ficará responsável pelo pagamento de indenização por perdas e danos, custas judiciais e honorários advocatícios.

15. **FORO DE ELEIÇÃO:** Para julgar eventuais litígios decorrentes do presente, as partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba PR, com exclusão expressa de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com os termos acima, as partes firmam o presente instrumento em, 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Curitiba, 06 de janeiro de 2023.




Vanderlei Copini

CONSTRUINDO GERAÇÕES

Vanderlei Copini

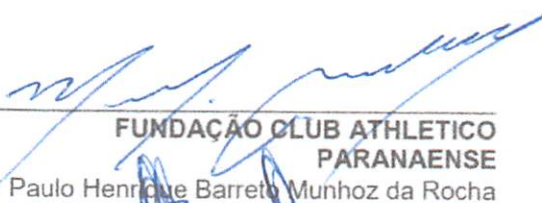
RG: 6.692.685-0

CPF: 017.716.429.429-80

Testemunha

Ricardo da Silva Rosa

RG: 9.366.005-0/PR


FUNDAÇÃO CLUB ATHLETICO PARANAENSE
Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha


FUNDAÇÃO CLUB ATHLETICO PARANAENSE
Roberto Bonnet


INTERVENIENTE ANUENTE CLUB ATHLETICO PARANAENSE
Mário Celso Petraglia


INTERVENIENTE ANUENTE CLUB ATHLETICO PARANAENSE
Lauri Antônio Pick


INTERVENIENTE ANUENTE CLUB ATHLETICO PARANAENSE
Rodrigo Gama Monteiro
Diretor Jurídico
OAB/PR 43.565

**SERVENTIA DISTRITAL DE PLANALTO - PR**
Avenida Rio Grande do Sul 583, Sala 02 - Centro - CEP: 85.750-000 - PLANALTO/PR
cartorioquintanagratia.com.br - Fone: 46-3555-1134

Selo Digital nº F204X0d0tncXTsIfkqJ34key.
Consulte esse selo em: <https://selo.funarpen.com.br/consulta>
Reconheço por Semelhança a assinatura de VANDERLEI COPINI. "0003"
F7/LK3BWDK-500284-11". Dou fé. Planalto-Paraná, 16 de janeiro de 2023. Em
Testemunha de Verdade


Juliana Szekely - Escrevente


Iracema Miranda
Agente Delegada
CPF: 167.448.379-15

COM SELLO DE AUTENTICIDADE SEM EMBOSAS E LOGO RASURAS




CAP
ESCOLA
FURACÃO
JURIDICO



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

DESPACHO

Referente à Manifestação de Interesse Social da entidade Instituto Construindo Gerações de Planalto.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO/PR

A Secretaria Municipal de Administração recebeu em 14 de junho de 2023, uma Manifestação de Interesse Social da entidade Instituto Construindo Gerações, através do qual manifesta o interesse pela celebração de parceria para que a entidade possa desenvolver os trabalhos de treinamento nas escolinha de futebol de campo do município seguindo a metodologia do Clube Athletico Paranaense, durante o período de 01/07/2023 até 30/06/2024, conforme Plano de Trabalho.

Dessa forma, OBSERVADO que o Município de Planalto desenvolve trabalhos de treinamentos de escolinhas de futebol;

CONSIDERANDO que é de grande importância que o município tenha parceiros para que possa desenvolver e ampliar o trabalho das escolinhas, principalmente se utilizando de uma metodologia desenvolvida por um clube profissional de futebol;

CONSIDERANDO que a entidade Instituto Construindo Gerações tem contrato de parceria firmado com o Clube Athletico Paranaense, podendo assim desenvolver o trabalho de treinamento das escolinhas no município de Planalto representando o clube, e se utilizando de sua metodologia.

Esta Secretaria entende que o trabalho oferecido pelo Instituto Construindo Gerações atende os princípios de interesse público, justificando



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583

85750-000 PLANALTO - PARANA

assim firmar parceria para o desenvolvimento dos trabalhos de treinamentos das escolinhas de futebol.

Portanto, a Secretaria de Administração **REQUER** a autorização para a abertura de procedimento administrativo, a fim de celebrar Acordo de Cooperação à luz da Lei Federal 13.019/2014, para que seja firmada parceria com a entidade Instituto Construindo Gerações.



MARCELO FELIPE SCHMITT

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



MUNICIPIO DE PLANALTO

CNPJ Nº 76.460.526/0001-16

Praça São Francisco de Assis, 1583 – CEP: 85.750-000

e-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Fone: (046) 3555-8100 – Fax: (46) 3555-8101

PLANALTO

PARANÁ

DESPACHO

Em atendimento ao pedido da Secretaria Municipal de Administração, e observado o requerimento para formalizar parceria entre este Município e a entidade Instituto Construindo Gerações, autorizo abertura de procedimento administrativo para formalização de parceria. Desta forma, solicito que tal procedimento seja precedido de:

- A) Emissão de parecer contábil indicando a existência de dotação orçamentária para fazer frente às despesas decorrentes da parceria;
- B) Aprovação do Plano de Trabalho apresentado;
- C) Emissão de parecer de órgão técnico, responsável pela formalização da parceria;
- D) Emissão de parecer jurídico acerca da possibilidade de formalização da parceria e modalidade a ser firmada.

Planalto, 14 de junho de 2023.

Luiz C. Boni
LUIZ CARLOS BONI

PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ Nº 76.460.526/0001-16

Praça São Francisco de Assis, 1583

Fone/Fax: (046) 3555-8100

e-mail: planalto@rline.com.br

85750-000

- PLANALTO - PARANÁ

PARECER CONTÁBIL

TIPO DE MATÉRIA: Projeto que visa o Município a Formalizar Parceria com o "Instituto Construindo Gerações", CNPJ de nº 41.458.325/0001-08.

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado ao Departamento de Contabilidade para emissão de Parecer sobre o Projeto para dispêndio de recursos entre o Município de Planalto e ao Instituto Construindo Gerações, no qual o município possui dotações e recursos estimados para pagamentos.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Nesse contexto o Município, dispõem de dotações orçamentárias e recursos financeiros para pagamento dos mesmos, observando as especificações do Plano de Contas das Despesas conforme orçamento de 2023, constatando que o valor previsto para repasse para o Instituto Construindo Gerações para o Biênio 2023/2024 no valor de R\$ 161.600,00 (Cento e sessenta e um mil e seiscentos reais).

A Descrição das despesas são para pagamentos de refeições, aquisição de bolas oficiais, transporte de atletas, bolsa atleta convidado e comissão técnica, tudo conforme descrito no Plano de Trabalho.

08 - SECRETARIA DE ESPORTES

08.124 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.2701.2076 – Incentivo ao Atleta Amador

01720 – 3.3.50.43.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

00000 – Recursos Ordinários (livres)

01730 – 3.3.90.14.00.00 – DIÁRIAS – CIVIL

00000 – Recursos Ordinários (livres)



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ Nº 76.460.526/0001-16

Praça São Francisco de Assis, 1583

Fone/Fax: (046) 3555-8100

e-mail: planalto@rline.com.br

85750-000

- PLANALTO

- PARANÁ

01740 – 3.3.90.31.00.00 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS
DESPORTIVAS E OUTRAS

00000 – Recursos Ordinários (livres)

01750 – 3.3.90.33.00.00 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

00000 – Recursos Ordinários (livres)

01760 – 3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P.F.

00000 – Recursos Ordinários (livres)

01770 – 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P.J.

00000 – Recursos Ordinários (livres)

III – CONCLUSÃO

Do exposto ao Relatório, emite-se o presente Parecer, concluindo-se pela
Conformidade Contábil e Financeira.

É O PARECER

Planalto, 15 de Junho de 2023.

JONES ROBERTO Assinado de forma digital
KINNER:722777 por JONES ROBERTO
KINNER:72277718904
18904 Dados: 2023.06.15
10:01:29 -03'00'

JONES ROBERTO KINNER
CRC/PR 046337/O



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583

85750-000 PLANALTO - PARANÁ

PARECER DE ÓRGÃO TÉCNICO

Este Órgão Técnico, designado pelo Decreto 5293/2021 para atender o disposto no Art 35, V, da Lei Federal 13.019/2014, em atenção ao pedido de protocolizado pela entidade Instituto Construindo Gerações, para firmar termo de colaboração com este município, temos a informar o seguinte:

1) Quanto ao mérito da proposta e a relevância do interesse social, observa-se relevância para o Poder Público Municipal, pois este município normalmente desenvolve trabalhos de treinamentos de escolinhas de futebol, outrossim, é de grande importância que o município tenha parceiros para que possa desenvolver e ampliar o trabalho das escolinhas, principalmente se utilizando de uma metodologia desenvolvida por um clube profissional de futebol. Levando em consideração que a entidade Instituto Construindo Gerações tem contrato de parceria firmado com o Clube Athletico Paranaense, podendo assim desenvolver o trabalho de treinamento das escolinhas no município de Planalto representando o clube, e se utilizando de sua metodologia, entende-se por relevante a realização da parceria. Este órgão técnico sugere ainda que a parceria seja realizada na modalidade de Acordo de Cooperação, sem necessidade de chamamento público, nos termos do Art. 29 da Lei Federal 13.019/2014, pois não haverá repasse de recursos entre o município e a entidade, e cada uma das partes da parceria arcara com parte dos custos da participação nas competições, conforme Plano de Trabalho apresentado.

2) Quanto à reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista para o termo:

Justifica-se a parceria considerando que o Município de Planalto dispõe de estrutura física, profissionais técnicos e legislação de apoio ao esporte amador, porém não dispõem de contratos com clubes profissionais para o desenvolvimento de escolinhas de treinamento com metodologias específicas, e, com a parceria firmada, poderá se utilizar do contrato firmado pela entidade com o Clube Athletico Paranaense para o desenvolvimento das escolinhas municipais conforme a metodologia do clube. Considerando que o município será responsável por dispor do espaço físico, materiais coletivos e dos



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583

85750-000 PLANALTO - PARANÁ

profissionais técnicos para a realização dos treinamentos, além de dispensar recursos para custeio de bolsa aos atletas representantes, transporte e alimentação para os dias de jogos e o que a entidade Instituto Construindo Gerações será responsável pelo fornecimento dos kits esportivos individuais para os treinos e jogos, além de auxiliar no custeio das alimentações e custos dos atletas e ainda organizar toda a logística necessária para a participação nas competições. Portanto entendemos que existe interesse público para a formalização de acordo de cooperação.

3) **Quanto à viabilidade da execução da parceria**, a entidade possui uma estrutura que oferece trabalho e experiência para auxiliar na organização e realização das atividades necessárias para o desenvolvimento das escolinhas de treinamento, além disso, oferece a parceria com o Clube Athletico Paranaense, podendo se utilizar da marca e da metodologia do clube para desenvolver as atividades no município de Planalto, este órgão técnico confirma que conhece o trabalho desenvolvido pela entidade, entendendo pela viabilidade da execução da parceria por parte da proponente.

4) **Quanto à disponibilidade de recursos e verificação do cronograma de desembolso**, observa-se que o município tem condições de arcar com os custos da parceria, uma vez que a o setor de contabilidade do Município apresentou parecer contábil declarando a previsão orçamentária, bem como a disponibilidade dos recursos. O fato de o município disponibilizar o espaço para que possa ser explorado pela entidade faz com que o esta consiga levantar recursos para arcar com os custos que lhe cabem conforme Plano de Trabalho. Em relação ao cronograma de desembolso, entendemos que este não se faz necessário uma vez que não haverá repasse de recursos entre o município de a entidade parceira, ficando cada uma das partes parceiras responsável por uma parte dos custos do projeto, conforme determinado no Plano de Trabalho.

5) **Quanto aos meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos**, foi instituída, através do decreto 5436 de 11 de maio de 2022 a comissão de análise e acompanhamento da lei



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

municipal 2662/2022 do Município de Planalto que trata do incentivo ao esporte amador, tal comissão é responsável por definir os valores a ser pagos para os atletas que representarem o município de Planalto em competições oficiais, além disso, a Secretaria Municipal de Esportes também conta com pessoas qualificadas para acompanhar a parceria a ser formalizada, garantindo que as atividades ocorram conforme a previsão no plano de trabalho.

6) Quanto à designação do gestor da parceria e comissão de monitoramento, o Prefeito Municipal poderá fazê-lo em ato específico ou mediante indicação no próprio termo de fomento a ser firmado com a entidade.

Por todo o exposto, e observados os apontamentos feitos pelo parecer jurídico que é parte integrante do presente processo, este órgão técnico se manifesta de maneira favorável a formalização do termo de fomento entre este município e a referida entidade.

Planalto, 15 de junho de 2023.

MARCELO FELIPE SCHMITT

ALINE DENISE ESFOGLIA

JANICE ROYER BORCHARDT



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Processo Administrativo nº 007/2023

OBJETO: Acordo de Cooperação a ser realizado com a Organização sem fins Lucrativos INSTITUTO CONSTRUINDO GERAÇÕES, o qual tem por objeto a realização de parceria com o Município de Planalto, através da Secretaria Municipal de Esportes, para implantar as escolinhas de Futebol seguindo a metodologia do FUNCAP em parceria com o Clube Atlético Paranaense.

De: Procuradoria Jurídica – Patrique Mattos Drey

Para: Prefeito de Planalto – Luiz Carlos Boni

PARECER JURÍDICO

I - Relatório:

Veio ao exame desta Procuradoria de o expediente em epigrafe, a fim de que este subscritor manifeste-se sobre a viabilidade jurídica de se firmar um Acordo de Cooperação entre o Município de Planalto e o **INSTITUTO CONSTRUINDO GERAÇÕES CNPJ 41458325/0001-08**, com o objetivo mútuo de firmar Acordo de Cooperação com o Município de Planalto, através da Secretaria Municipal de Esportes, para implantar as escolinhas de Futebol seguindo a metodologia da Funcap - Fundação Club Atlético Paranaense, que gere o projeto da Escola Furacão do CAP - Clube Atlético Paranaense.

Juntou cópia do Estatuto Social, termo de eleição da diretoria atual, CNPJ, certidões negativas fazendárias (União, Estado e Município), negativa de débitos com o FGTS, trabalhista, declarações referenciais, bem como da inexistência de restrições e impedimentos.

O Órgão Técnico manifestou-se favorável a execução da parceria, fazendo-se necessário o encaminhamento dos autos ao Controle Interno para que emita seu parecer acerca do pedido.

É breve o relatório.

II - Fundamentação

Preliminarmente, é preciso destacar que o caso em tela se encontra pautado na Lei Federal nº 13.019/2014, a qual é assim ementada:

“Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)”

O art. 35, VI, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 dispõe:

“Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

[...]

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)”

Com efeito, a emissão de parecer jurídico prévio restou como exigência para a celebração e a formalização do **termo de colaboração** e do **termo de fomento**, instrumentos que envolvem a transferência de recursos financeiros pelo Poder Público.

Saliento que o caso em análise não trata de termo de colaboração nem de termo de fomento, mas sim de **acordo de cooperação**, instrumento que **não** envolve a transferência de recursos financeiros pelo Poder Público.

Contudo, a presente manifestação se fundamenta no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, competindo ao administrador público a responsabilidade no que toca à conveniência e oportunidade acerca da escolha do objeto, do planejamento e de suas características. Diante da remessa efetuada pela administração local, passaremos a analisar a Requisição de Formalização de Parceria por inexigibilidade de Chamamento Público.

A Lei Federal nº 13.019/2014 inaugurou o marco regulatório para as parcerias realizadas com o terceiro setor. Dentre as diversas mudanças trazidas pela lei, destaca-se a necessidade de realização de Chamamento Público para selecionar a Organização do Terceiro Setor que melhor possa atender aos objetivos da parceria a ser celebrada.

Citada lei, trouxe como uma das principais inovações a instituição dos instrumentos que serão utilizados em substituição aos convênios, para disciplinar as parcerias firmadas entre o poder público e as entidades privadas sem fins lucrativos, caracterizadas como Organizações da Sociedade Civil – OSC.

Esses instrumentos são: o Termo de Colaboração e Termo de Fomento (quando a relação envolver a transferência de recursos financeiros); e o Acordo de Cooperação (quando não envolver recursos financeiros)¹.

Concernente ao **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, conforme os preceitos da Lei nº 13.019/2014, representa o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com as OSC's para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros².

Da forma consignada na requisição, o caso enquadra-se na condição de parceria a ser estabelecida por **Acordo de Cooperação**, em que a entidade parceira deverá se enquadrar em uma das seguintes categorias de Organização da Sociedade Civil:

I - entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

II – as sociedades cooperativas previstas na Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social;

III - organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintos dos destinados a fins exclusivamente religiosos.

Dos documentos que constam da requisição e do corpo da mesma podemos extrair que o Estatuto Social e declaração da entidade estabelecem tratar-se de sociedade sem fins lucrativos. Ademais, o art. 8º do Estatuto dispõe que a entidade **não distribui entre associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio**

¹ Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

² Art.2º [...]

VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente na consecução dos seus objetivos.

Ainda, o estatuto tem expressa previsão de que no desenvolvimento de suas atividades observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, bem como de que seus administradores, dirigentes e gestores executivos adotarão práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais em decorrência de participação nos processos decisórios (art. 9º).

As atividades do Instituto Criando Gerações são permeadas pelo interesse público, relativo ao incentivo e prática que promovam finalidades educacionais, associativas, culturais, esportivas, de assistência social, de saúde, segurança alimentar. Deste modo, a pessoa jurídica com que se pretende contratar reúne os requisitos e condições para celebrar Acordo de Cooperação com a Municipalidade consulente, viabilizando a utilização dos procedimentos normatizados pela Lei nº 13.019/2014.

Denota-se, portanto, que a parceria em exame atenderia, em tese, aos anseios da nova legislação aplicável à matéria - Lei Federal n.º 13.019/2014 - à medida que se encontra em conformidade com seu primeiro artigo:

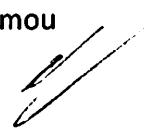
"Art. 1- Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mutua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de cooperação, em termos de fomento ou em acordos de cooperação."

O Acordo de Cooperação é doutrinariamente concebido como um instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas **sem fins lucrativos** com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

É possível descrever que as duas partes fornecem, cada uma, a sua parcela de conhecimento, equipamento, ou até mesmo uma equipe, para que seja alcançado o objetivo acordado, **não havendo, contudo, nenhum tipo de repasse financeiro**, com cada partícipe realizando as atividades que foram propostas por meio de seus próprios recursos (conhecimento, técnicas, bens e pessoal).

A descrição do objeto deve ser objetiva, clara e precisa, de modo a se evidenciar o interesse público e recíproco dos envolvidos na parceria, uma vez que o acordo de cooperação se diferencia de convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada pelo simples fato de não existir a possibilidade de transferência de recursos entre os partícipes.

Nesse sentido, o Parecer do Órgão Técnico desta municipalidade, designado pelo Decreto 5293/2021 para atender o disposto no Art. 35, V, da Lei Federal 13.019/2014, em atenção ao pedido de protocolizado pela entidade Instituto Construindo Gerações, informou



que a parceria será "realizada na modalidade de Acordo de Cooperação, sem necessidade de chamamento público, nos termos do Art. 29 da Lei Federal 13.019/2014, pois não haverá repasse de recursos entre o município e a entidade, e cada uma das partes da parceria arcara com parte dos custos da participação nas competições, conforme Plano de Trabalho apresentado." (item 1) (grifei)

Com efeito, o Parecer do Órgão Técnico, datado de 15 de junho de 2023, denota que a inexecução do chamamento público decorre do fato que não haverá repasse de recursos entre o Município e a entidade, que torna inexigível eventual chamamento, nos moldes preconizados pelo art. 29 de Lei de Regência:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Em verdade, as condicionantes que evidenciam a inviabilidade de competição são analisadas pelo órgão gestor requisitante, detentor de conhecimento que fogem da alçada desta procuradoria jurídica.

Contudo, a justificativa apresentada merece ser reproduzida, pois além de restar evidenciada a hipótese legal acima descrita, salvo melhor juízo, demonstrou-se intrinsecamente a inviabilidade de competição no caso em análise, a qual transcrevo:

1) Quanto ao mérito da proposta e a relevância do interesse social, observa-se relevância para o Poder Público Municipal, pois este município normalmente desenvolve trabalhos de treinamentos de escolinhas de futebol, outrossim, é de grande importância que o município tenha parceiros para que possa desenvolver e ampliar o trabalho das escolinhas, principalmente se utilizando de uma metodologia desenvolvida por um clube profissional de futebol. Levando em consideração que a entidade Instituto Construindo Gerações tem contrato de parceria firmado com o Clube Athletico Paranaense, podendo assim desenvolver o trabalho de treinamento das escolinhas no município de Planalto representando o clube, e se utilizando de sua metodologia, entende-se por relevante a realização da parceria. Este órgão técnico sugere ainda que a parceria seja realizada na modalidade de Acordo de Cooperação, sem necessidade de chamamento público, nos termos do Art. 29 da Lei Federal 13.019/2014, pois não haverá repasse de recursos entre o município e a entidade, e cada uma das partes da parceria arcara com parte dos custos da participação nas competições, conforme Plano de Trabalho apresentado.

2) Quanto à reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista para o termo:

Justifica-se a parceria considerando que o Município de Planalto dispõe de estrutura física, profissionais técnicos e legislação de apoio ao esporte amador, porém não dispõem de contratos com clubes profissionais para o desenvolvimento de escolinhas de treinamento com metodologias específicas, e, com a parceria firmada, poderá se utilizar do contrato firmado pela entidade com o Clube Athletico Paranaense para o desenvolvimento das escolinhas municipais conforme a metodologia do clube. Considerando que o município será responsável por dispor do espaço físico, materiais coletivos e dos profissionais técnicos para a realização dos treinamentos, além de dispensar recursos para custeio de bolsa aos atletas representantes, transporte e

alimentação para os dias de jogos e o que a entidade Instituto Construindo Gerações será responsável pelo fornecimento dos kits esportivos individuais para os treinos e jogos, além de auxiliar no custeio das alimentações e custos dos atletas e ainda organizar toda a logística necessária para a participação nas competições. Portanto entendemos que existe interesse público para a formalização de acordo de cooperação.

3) Quanto à viabilidade da execução da parceria, a entidade possui uma estrutura que oferece trabalho e experiência para auxiliar na organização e realização das atividades necessárias para o desenvolvimento das escolinhas de treinamento, além disso, oferece a parceria com o Clube Athletico Paranaense, podendo se utilizar da marca e da metodologia do clube para desenvolver as atividades no município de Planalto, este órgão técnico confirma que conhece o trabalho desenvolvido pela entidade, entendendo pela viabilidade da execução da parceria por parte da proponente.

No caso em apreço, optou-se pela Formalização de Parceria na modalidade de Acordo de Cooperação, sem necessidade de chamamento público, nos termos do Art. 29 da Lei Federal 13.019/2014, pois não haverá repasse de recursos entre o município e a entidade, e cada uma das partes da parceria arcará com parte dos custos do projeto, conforme Plano de Trabalho apresentado, razões de ordem de interesse público, em conformidade ao que foi atestado por parecer técnico na forma do art. 35, inciso V da Lei 13.019/2014, acostado no caderno processual.

A entidade assim fundamentou o interesse público e estatutário na parceria:

3. Justificativas: O projeto busca ofertar uma manifestação social e esportiva para toda a sociedade planaltina, entendendo-se que o esporte é uma ferramenta de apoio no desenvolvimento e conscientização do ser humano, tanto na parte educacional, social e na saúde atingindo crianças e adolescentes, além de auxiliar na formação de valores éticos e morais junto à comunidade. A parceria do "Construindo Gerações" com o FUNCAP através de seu projeto social, realizado no município de Planalto, tem o compromisso e a missão de desenvolver o atleta por completo, valorizando e fomentando a cultura do esporte, auxiliando como ferramenta assistencial educacional, moral e cultural.

A FUNCAP com o apoio do CAP, desenvolve e realiza eventos que possam valorizar os trabalhos desenvolvidos pelas instituições que ajudam no crescimento da modalidade, nas categorias de base masculinas e femininas e hoje é considerado um dos melhores modelos de franquia de clube de futebol profissional, pois reúne todos os conhecimentos técnicos, pedagógicos e desportivos necessários.

O Instituto Construindo Gerações, através de suas ações, reconhece o Futebol como uma ferramenta significativa para permitir que os nossos atletas, seus familiares e à comunidade em geral, tenham acesso ao esporte e aos benefícios por ele proporcionado. Alinhado com a administração municipal e com a secretaria de esportes, o Instituto buscará contribuir para o desenvolvimento esportivo do município, estimulando ainda mais a prática da modalidade junto à comunidade e com esse projeto, servir de guia e incentivo as crianças a participarem das escolinhas municipais para desenvolver as qualidades técnicas e táticas para que um dia possam dar continuidade a essa representatividade na equipe adulta.

4. Objetivos

4.1 Objetivos Gerais

Fomentar o esporte, junto a sociedade estimulando crianças e adolescentes a prática do mesmo e tornando o Futebol como ferramenta de apoio no desenvolvimento do ser humano dentro dos valores éticos e morais, integrando a família e a comunidade no

proposito de consolidar o compromisso de auxiliar esse movimento cíclico, servindo de estímulo e alicerce para a continuidade dos projetos esportivos como um todo.

4.2 Objetivos Específicos

• Representar o Município de Planalto em eventos de Futebol, promovidos pelo CAP e demais; • Fomentar a participação de atletas do município e região nas escolinhas; o Estimular a participação em eventos esportivos municipais e servir de ferramenta de manifestação popular esportiva; • Apoiar e divulgar o município através de ações, competições e eventos esportivos no geral; • Fomentar a participação das crianças e adolescentes à pratica do Futebol; • Diminuir a ociosidade infantil e a erradicação escolar, estimulando e auxiliando no desenvolvimento motor e cognitivo das crianças;

5. Descrição do Objeto

A ser executado Seleção de Entidade de Direito Privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil, nos termos Lei Federal nº 13.019/2014, que se interesse firmar Acordo de Cooperação com o Município de Planalto, através da Secretaria Municipal de Esportes, para implantar as escolinhas de Futebol seguindo a metodologia do FUNCAP em parceria com o CAP.

O projeto está enquadrado no âmbito social e buscando atingir 300 pessoas de forma direta entre atletas e comissão técnica e atingindo um público indireto de aproximadamente de 2000 pessoas. Essas projeções estão embasadas na amplitude que o projeto tomara junto a sociedade e a integração dos familiares e a comunidade como um todo.

*Com a intenção de fortalecer a modalidade de Futebol, e apoiar a missão da Secretaria de Esportes em estimular a pratica esportiva e a vivência do desporto entre atletas, familiares e a comunidade, o projeto propõe o desenvolvimento das seguintes ações: • Treinamento específico para o desenvolvimento técnico e tático para atletas de Futebol, nas categorias de 5 a 17 anos; * Viabilizar a participação das equipes da escolinha em eventos regionais da modalidade; * Viabilizar a participação nos eventos de socialização, integração e esportivos promovidos pelo FUNCAP;*

Ao exposto, compreendo que a hipótese se amolda tanto à situação prevista no art. 29 (afastamento expresso do chamamento público) quanto ao disposto no art. 31, *caput* (inexigibilidade), ambos da Lei nº 13.019/2014.

Saliento, novamente, que a justificativa para a ausência do chamamento público é atribuição do administrador público, a quem compete verificar se o caso concreto se enquadra em alguma das hipóteses que autorizam a dispensa ou a inexigibilidade, previstas, respectivamente, nos artigos 29 e 31, ambos da mesma Lei nº 13.019/2014³, bem como do preenchimento dos requisitos pela entidade beneficiária.

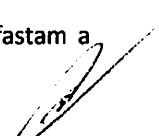
³ Art. 32. Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei, o extrato da justificativa previsto no caput deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até cinco dias da data do respectivo protocolo. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, bem como o disposto no art. 29, não afastam a aplicação dos demais dispositivos desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)



Ademais, para celebração das parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil devem apresentar os documentos previstos no artigo 34, da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como aqueles previstos nos Decretos Municipais nº 4.448/2016 e 4.449/2016.

Não obstante o dispositivo em comento se refira as pactuações que envolvem a transferência de recursos financeiros por parte do Poder Público (**termo de fomento e termo de colaboração**), tenho que alguns de seus comandos podem ser utilizados também para o **acordo de cooperação**⁴, especialmente em razão do contido no artigo 42 que passo a reproduzir:

Art. 42. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

IV - (revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

V - a contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no § 1º do art. 35; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VI - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VII - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VIII - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do art. 58 desta Lei;

IX - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei;

X - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XI - (revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XIII - (revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

⁴ Assim podem ser observados:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;

III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei;

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

c) da viabilidade de sua execução; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

g) da designação do gestor da parceria; (facultativo)

h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria; (facultativo)



XIV - quando for o caso, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a **termos de colaboração ou a termos de fomento**, bem como aos locais de execução do respectivo objeto; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XVI - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XVII - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XVIII - (revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XIX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no **termo de colaboração ou de fomento**, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Parágrafo único. Constará como anexo do **termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação** o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

O plano de trabalho é peça fundamental para legitimar a celebração de tais instrumentos, haja vista representar a materialização da fase anterior atinente ao planejamento. É a peça-chave para o alcance do resultado pretendido pelos partícipes. O adequado planejamento contido no plano de trabalho traz maior segurança nas condutas de cada um dos partícipes, assim como facilita a realização de fiscalização pelos demais órgãos de controle interno e externo. Vale dizer, a regularidade do instrumento depende, em primeiro lugar, do plano de trabalho.

Se este instrumento for elaborado de forma correta, planejada e detalhada, bastará aos partícipes cumpri-lo para garantir o sucesso do ajuste. Saliento que foi anexado aos autos o necessário Plano de Trabalho (datado de 14 de junho de 2023 e assinado pelo Sr. Vanderlei Copini, representante da entidade).

Em todo caso, não se pode olvidar de observar as prescrições contidas no art. 26 da Lei Complementar n. 101/2000, portadoras do seguinte teor:

Art. 26 - A destinação de recursos para, **direta ou indiretamente**, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais. (Grifei)



De igual modo, a Lei Federal n. 9.615/98, em seu art. 56, estabelece o seguinte:

Art. 56 - Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes do orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

I - fundos desportivos;

II - receitas oriundas de concursos prognósticos;

III - doações, patrocínios e legados; [...]

Assim, faz-se necessária a previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária, independentemente de a parceria ser realizada sem o repasse de recursos financeiros à entidade, nos moldes ora propostos.

III - Conclusão

Em conclusão, subtraídas análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de competência institucional deste Órgão de Assessoramento, a Procuradoria Jurídica, por meio do Procurador subscritor, opina pela possibilidade de celebração do presente **Acordo de Cooperação com o Instituto Construindo Gerações** desde que observadas as recomendações deste parecer.

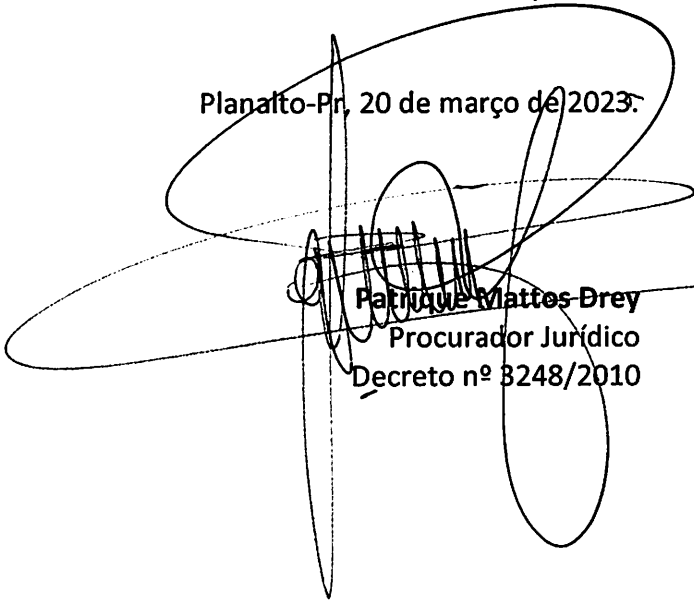
Cumpridas as recomendações ou afastadas de forma motivada, não haverá necessidade de nova manifestação desta Procuradoria, nos termos do inciso VII do art. 52 da Lei Municipal nº 2293, de 2017.

À consideração superior.

Ao órgão requisitante.

É o parecer.

Planalto-Pr, 20 de março de 2023.


Patrique Mattos Drey
Procurador Jurídico
Decreto nº 3248/2010



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583

85750-000 PLANALTO - PARANÁ

LEI N° 2762 DE 25 DE JULHO DE 2023

Autoriza Celebração de ACORDO DE
COOPERAÇÃO com o **Instituto Construindo
Gerações**, e da outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Planalto – PR, aprovou e eu, LUIZ CARLOS BONI, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município, autorizado a celebrar **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, para a consecução de finalidades de interesse público, entre a Administração Pública Municipal o **Instituto Construindo Gerações**, entidade sem fins lucrativos, CNPJ sob nº 41458325/0001-08, sediada na Av. Rio Grande do Sul nº6, bairro João Zacco, na Cidade de Planalto, Estado do Paraná, cep 85.750-000, representada por seu Presidente Senhor Vanderlei Copini, portador do CPF nº **017.716.429-80**.

Art. 2º O presente Acordo de Cooperação não terá transferência de recursos entre as partes, conforme Plano de Trabalho.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto, aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três.

Luiz C. Boni
LUIZ CARLOS BONI

PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO 00x/2023

MUNICÍPIO DE PLANALTO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno e com inscrição no CNPJ sob nº 76.460.525/0001-16 e sede à Prefeitura Municipal, Praça São Francisco de Assis nº 1583, CEP: 85750-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LUIZ CARLOS BONI**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.895.670-1 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20, residente e domiciliado no Município de Planalto – Pr., doravante denominado **MUNICIPIO** e, de outro lado, o **Instituto Construindo Gerações**, entidade sem fins lucrativos, CNPJ sob nº 41458325/0001-08, sediada na Av. Rio Grande do Sul nº6, bairro João Zacco, na Cidade de Planalto/Pr, doravante denominada Organização da Sociedade Civil (OSC), representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor Senhor Vanderlei Copini, portador do CPF nº **017.716.429-80** residente e domiciliado na Cidade de Planalto/Pr, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA**, resolvem de comum acordo, celebrar o presente termo, sem Chamamento Público, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e Lei 13.204 de 2015, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Acordo de Cooperação tem por objeto a realização de parceria visando autorizar a entidade parceira a desenvolver e ampliar o trabalho das escolinhas de futebol no ano de 2023/2024, se utilizando da metodologia do o Clube Athletico Paranaense.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO:

2.1 - Para alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho especialmente elaborado para tal finalidade, e que passa a fazer parte integrante deste Termo de Acordo de Cooperação independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APLICAÇÃO DE RECURSOS:

3.1 – A ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, para fins de comprovação das despesas, deverá obter de seus fornecedores ou prestadores de serviços, comprovantes fiscais ou recibos, observada a legislação tributária competente, os quais deverão conter as seguintes informações:

- a) Data, nome, endereço completo e número de inscrição no CNPJ da ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço;
- b) Especificação da quantidade, valor unitário e total do bem ou serviço adquirido ou contratado;
- c) Indicação do número desta Parceria;



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583

85750-000 PLANALTO - PARANÁ

d) Atestado de recebimento do material ou do serviço, de acordo com as especificações e em condições satisfatórias, aposto no verso do documento, emitido por quem tenha essa atribuição no âmbito da ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA;

3.2 – Somente poderão ser pagas com os recursos recebidos desta Parceria as despesas expressamente previstas no Plano de Trabalho e que tenham relação com a satisfação de seu objeto e alcance das metas estabelecidas, sendo vedado:

- a) Utilizar recurso para finalidade alheia ao objeto da Parceria e diversa da estabelecida no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;
- b) Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica;
- c) Contratar para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do MUNICÍPIO, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica;
- d) Pagar despesa em data posterior ao término da execução da Parceria quando o fato gerador da despesa não tenha ocorrido durante a sua vigência;
- e) Realizar despesa em data anterior à vigência da Parceria;
- f) Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:

4.1 – A ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA disponibilizará os objetos previsto no item 7.3 (descrição das despesas do clube) do Plano de Trabalho à título de contrapartida financeira para a execução do objeto com excelência.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

5.1 - O presente Termo de Acordo de Cooperação terá prazo de vigência a partir da data de sua assinatura, encerrando-se em 30/06/2024, ou data anterior caso as competições acabem anteriormente.

5.2 – A vigência, em regra, poderá ser prorrogada, mediante justificativa prévia da autoridade competente e celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

6.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Analisar e autorizar reformulações no Plano de Trabalho se for o caso, e quando solicitado pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, desde que tal reformulação não implique em alteração do objeto do Plano de Trabalho e que o Termo de Acordo de Cooperação esteja em vigência;



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583

85750-000 PLANALTO - PARANÁ

- b) Fornecer a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros arrecadados e aplicados na consecução do objeto desta Parceria;
- c) Receber e analisar, técnica e financeiramente, a prestação de contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, referente ao recurso previstos no Plano de Trabalho, bem como, os valores arrecadados na exploração dos espaços públicos;
- d) Comunicar a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos financeiros ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando prazo para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- e) Colaborar, orientar e instruir os envolvidos para o bom e fiel cumprimento do Termo de Acordo de Cooperação;
- f) Providenciar no prazo e na forma legal a publicação do extrato do Termo de Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA:

7.1 - São obrigações da ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA:

- a) Cumprir integralmente e nos termos do presente Termo de Acordo de Cooperação a proposta constante do Plano de Trabalho;
- b) Assumir, exclusivamente, toda responsabilidade pela execução do objeto deste Termo de Acordo de Cooperação;
- c) Executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos arrecadados e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- d) Zelar pelo bom e fiel cumprimento do objeto pactuado;
- e) Manter e movimentar os recursos financeiros em conta bancária específica, mantida em instituição financeira, aplicando-os em conformidade com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, na consecução do objeto desta Parceria;
- f) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019/2014;
- g) Disponibilizar os profissionais que atuarão e supervisionarão a execução do projeto, os quais deverão comprovar sua qualificação profissional e habilitação perante os respectivos entes de classe;
- h) Utilizar os recursos financeiros arrecadados com a exploração de espaços para marketing e divulgação dos apoiadores do projeto, bem como a comercialização de alimentos, bebidas e ingressos nos jogos na execução das despesas descritas no item 7.3 do Plano de Trabalho;



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583

85750-000 PLANALTO - PARANA

- i) Não vincular nos espaços públicos publicidade relacionada com pornografia, fumo, bebidas alcoólicas, jogos de azar e propaganda política;
- j) Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do Plano de Trabalho, conforme disposto na Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
- k) Não se estabelecer nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre o MUNICÍPIO e o pessoal que a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento;
- l) Contabilizar, obedecendo à legislação, a receita e despesas oriundas da execução deste instrumento;
- m) Responsabilizar-se pela organização das ações que forem comuns às partes;
- n) Supervisionar, coordenar e gerenciar todas as etapas do cumprimento deste Termo de Termo de Acordo de Cooperação;
- o) Garantir a manutenção da equipe de pessoal em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- p) Utilizar os imóveis, bens materiais e/ou equipamentos cedidos para consecução dos objetivos deste Termo de Colaboração em conformidade com o objeto pactuado;
- q) Permitir e facilitar o livre acesso de servidores do Município ou por ele designados, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização;
- r) Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas à disposição dos órgãos de controle e fiscalização, até 05 (cinco) anos após o encerramento da vigência deste Termo de Acordo de Cooperação;
- s) Divulgar no seu sítio eletrônico oficial e em local visível de suas sedes sociais, desde a celebração da Parceria até 60 (Sessenta) dias após a apresentação da Prestação de Contas final, as informações de que tratam o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- t) Prestar contas dos recursos financeiros arrecadados e geridos pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, observando as regras previstas na Lei Federal nº 13.019/2014;
- u) Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a esta Parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objetivo.

CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR E FISCAL DO TERMO ACORDO DE COOPERAÇÃO:



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

8.1 – O MUNICIPIO promoverá, por intermédio do Gestor e Fiscal a avaliação da execução desta Parceria, com o objeto de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas. O presente Termo de Acordo de Cooperação terá como: Gestor do Termo: MARCELO FELIPE SCHMITT, Secretário de Administração, brasileiro, funcionário público municipal, inscrito no RG. 8.114.222-0, residente e domiciliado nesta cidade. Fiscal do Termo: GILMAR DA SILVA, Secretário Municipal Esportes, brasileiro, funcionário público municipal, RG 5.360.471-4, residente e domiciliada nesta cidade.

8.2 – O acompanhamento e a fiscalização exercidos pelo MUNICIPIO não excluem, bem como não reduzem as responsabilidades da ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações desenvolvidas para a execução do objeto deste Termo.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

9.1 - A ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA deverá prestar contas do recurso financeiros, em no máximo 30 (trinta) dias após o encerramento de todas as competições objeto deste Termo. Instruindo-a com peças técnicas e contábeis, observadas, ainda, as instruções normativas e os formulários complementares cujos modelos serão encaminhados pela Gestora Municipal de Convênios.

Parágrafo único. Para fins da prestação de contas ao Município, será necessário:

- a) Apresentação de documentos (notas fiscais, etc) em originais com carimbo de recebimento;
- b) Cópia de cheques nominais a cada fornecedor, comprovante de transferência ou pix comprovando a aplicação dos recursos financeiros no objeto do Termo de Acordo de Cooperação assinado;
- c) Conciliação bancária entre o recurso e os cheques emitidos; e
- d) Cópia dos extratos bancários para comprovação dos créditos e débitos referente ao objeto deste Termo de Acordo de Cooperação.

§ 1º A prestação de contas deverá conter obrigatoriamente e de forma especificada todos os gastos com os bens adquiridos e os valores empregados.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas, no prazo estabelecido no caput desta cláusula, ou a prestação de contas não aprovada determinará as seguintes providências pela administração municipal:

I – A ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA ficará impedida de receber novos recursos públicos até a completa regularização;



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

II – A promoção de tomada de contas especial, a qual deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado;

III – O encaminhamento da documentação relativa ao Termo de Acordo de Cooperação à assessoria jurídica do Município, na hipótese de ressarcimento ao erário, para as medidas judiciais cabíveis.

9.2 – A análise da Prestação de Contas Final pelo MUNICIPIO será formalizada por meio do Parecer Técnico Conclusivo, emitido pelo Gestor da Parceria, que embasará a decisão da autoridade competente e deverá conter as seguintes informações:

- a) Verificação do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no Plano de Trabalho, considerando os Relatórios Parciais/Final de Execução do Objeto, Relatórios de Visitas Técnicas In loco e Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
 - b) Avaliação dos efeitos da parceria;
 - c) Conclusão da análise pela:
- Aprovação das contas: quando constatado o cumprimento do objeto e das metas;
 - Aprovação das contas com ressalva: quando, apesar do cumprimento do objeto e das metas, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
 - Rejeição das contas: quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado do objeto, danos ao erário ou desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.3 – Após decisão acerca da Prestação de Contas Final, o Gestor da Parceria notificará a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA para, no prazo de 30 (trinta) dias, sanar a irregularidade/cumprir a obrigação ou apresentar recurso à autoridade que proferiu a decisão final.

9.4 – Exaurida a fase recursal, o Gestor da Parceria deverá:

- a) No caso de aprovação com ressalva: registrar em Ata as causas da ressalva. Tal ato terá função preventiva e será considerado na eventual aplicação de sanções previstas na legislação;
- b) No caso de rejeição: notificar a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA para, no prazo de 30 (trinta) dias, devolver os recursos relacionados à irregularidade, inexecução apurada ou prestação de contas não apresentada ou solicitar o ressarcimento ao erário por meio de “Ações Compensatórias de Interesse Público”.

9.5 – O não ressarcimento dos recursos pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA ensejará a instauração da Tomada de Contas Especial e o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no Diário Oficial do Município.



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

9.6 – O prazo de análise da Prestação de Contas Final pelo MUNICIPIO será de contados da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, podendo ser prorrogado por igual período, desde que não ultrapasse o limite da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

9.7 – Os débitos a serem restituídos pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados conforme determina a legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DESVIO DE FINALIDADE:

10.1 - O desvio de finalidade do recurso financeiros em decorrência deste Acordo de Cooperação implicará na restituição imediata de todo ele pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, acrescido de juros moratórios e atualização monetária, além de eventual denúncia do Termo de Acordo de Cooperação, sem prejuízo da responsabilização dele decorrente.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESCISÃO ANTECIPADA:

11.1- Ocorrendo o desvio de finalidade ao qual se reporta a cláusula décima e/ou a inexecução total ou parcial deste Termo de Acordo de Cooperação poderá o MUNICIPIO rescindi-lo de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RESCISÃO:

12.1 - O presente Termo de Acordo de Cooperação poderá ser rescindido a qualquer tempo, nos casos de descumprimento de qualquer cláusula deste Termo pelas partes ou se o interesse público assim o determinar, sem prejuízo, todavia, dos efeitos produzidos.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA– DA ALTERAÇÃO:

13.1 - As cláusulas do presente Termo de Acordo de Cooperação poderão ser alteradas, total ou parcialmente, mediante termo aditivo, por conveniência do interesse público e/ou da ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, e através de ato administrativo devidamente fundamentado.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

14.1 - O presente Termo de Acordo de Cooperação somente produzirá efeitos jurídicos após a íntegra da publicação juntamente com seu extrato em meio oficial de publicidade da administração pública, ou seja no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal (www.planalto.pr.gov.br), nos termos e forma do Parágrafo Único do art. 61, da Lei 8.666/93.



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583

85750-000 PLANALTO - PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DAS SANÇÕES:

15.1 – Quando a execução da presente parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da Legislação específica, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Advertência, de caráter preventivo, que será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave;
- b) Suspensão temporária, que será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os danos que dela provieram para o MUNICÍPIO. Esta sanção impede a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA de participar de Chamamento Público e de celebrar parcerias/contratos com órgãos e entidades da Administração Pública por prazo de até 2 anos;
- c) Declaração de inidoneidade, que será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave. Esta sanção impede que a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA participe de Chamamento Público e de celebrar parcerias/contratos com órgãos/entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de idoneidade.

15.2 – Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão.

15.3 – Nas sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, o recurso cabível é o Pedido de Reconsideração.

15.4 – Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA será inscrita como inadimplente, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DO FORO:

16.1. O foro da Comarca de CAPANEMA/PR é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Acordo de Cooperação.

16.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583

85750-000 PLANALTO - PARANÁ

realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria Jurídica do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria Jurídica do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

17.1 – Todas as comunicações relativas a este Acordo de Cooperação, serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues mediante protocolo.

17.2 – As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Acordo de Cooperação, serão registradas em atas ou relatório circunstanciado.

E, por estarem de pleno acordo com o presente Acordo de Cooperação, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas e de tudo cientes, para que surtam os jurídicos e legais efeitos.

Planalto aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três.

LUIZ CARLOS BONI

Prefeito Municipal de Planalto

VANDERLEI COPINI

Instituto Construindo Gerações

MARCELO FELIPE SCHMITT

Gestor do Termo

GILMAR DA SILVA

Fiscal do Termo

Secretário Municipal de Esportes

Testemunhas:



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583

85750-000 PLANALTO - PARANÁ

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 007/2023

OBJETO: Acordo de Cooperação a ser realizado com a Organização sem fins Lucrativos INSTITUTO CONSTRUINDO GERAÇÕES, o qual tem por objeto a realização de parceria com o Município de Planalto, através da Secretaria Municipal de Esportes, para implantar as escolinhas de Futebol seguindo a metodologia do FUNCAP em parceria com o Clube Atlético Paranaense.

Saliente-se, inicialmente, que a presente análise está adstrita aos aspectos jurídicos que permeiam a solicitação objeto dos autos, estando ressalvados, desde logo, quaisquer aspectos técnicos, econômicos, financeiros e/ou orçamentários não abrangidos pela alçada desta Procuradoria.

Consoante documentos juntados, o Estatuto Social e declaração da entidade estabelecem tratar-se de sociedade sem fins lucrativos.

O art. 8º do Estatuto dispõe que a entidade não distribui entre associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente na consecução dos seus objetivos, bem como, tem expressa previsão de que no desenvolvimento de suas atividades observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, bem como de que seus administradores, dirigentes e gestores executivos adotarão práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais em decorrência de participação nos processos decisórios (art. 9º).

Tendo-se em vista que as atividades do Instituto Criando Gerações são permeadas pelo interesse público, face ao incentivo e prática que promovam finalidades educacionais, associativas, culturais, esportivas, de assistência social, de saúde, segurança alimentar, reúne os requisitos e condições para celebrar Acordo de Cooperação com a Municipalidade, viabilizando a utilização dos procedimentos normatizados pela Lei nº 13.019/2014.

Busca-se com o presente procedimento jurídico administrativo a formalização de instrumento jurídico adequado para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que **não** envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas em Plano de Trabalho, nos moldes da Lei 13.019/2014.

Em análise ao processo administrativo, opino no sentido de atendimento e descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a **fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.**

Em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº13.204/2015, a fiscalização da execução da parceria será realizada pelo Gestor da Parceria e homologada pela Comissão de Monitoramento. Para tanto serão realizadas visitas in loco trimestrais, enviados pela OSC Relatórios Mensais de Atividades e prestação de contas anuais e finais.

Com efeito, é estritamente necessário a designação formal do gestor da parceria, em conformidade com o Art. 2º, VI da Lei nº13.019/2014 alterada pela Lei nº13.204/2015, uma vez que o gestor da parceria é o agente público responsável pela gestão de parceria, com poderes de controle e fiscalização e precisa ser designado por ato publicado em meio oficial de comunicação.

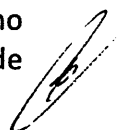
Outrossim, necessária a designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria, nos moldes do que prescreve o Art. 2º, XI da Lei nº13.019/2014 alterada pela Lei nº13.204/2015, cuja comissão é o órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil e deve ser constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação.

No que se refere aos documentos que comprovam o atendimento aos requisitos para celebração do Acordo de Cooperação, em conformidade com os Art. 33 da Lei nº 13.019/2014, a proponente apresentou normas de organização interna prevendo expressamente objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social no seu Estatuto Social, devendo indicar normas de organização interna prevendo expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio e os bens serão transferidos a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

A proponente não apresentou normas de organização interna prevendo expressamente possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria ou não, o que deve ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC.

No que se refere aos documentos que comprovam o atendimento aos requisitos para celebração do Acordo, em conformidade com o art. 34 da Lei nº 13.019/2014, a proponente apresentou: Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista; Cópia do estatuto registrado e eventuais alterações; Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles.

Deve apresentar também comprovante de funcionamento no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de



conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014 alterada pela Lei 13.204, de 2015).

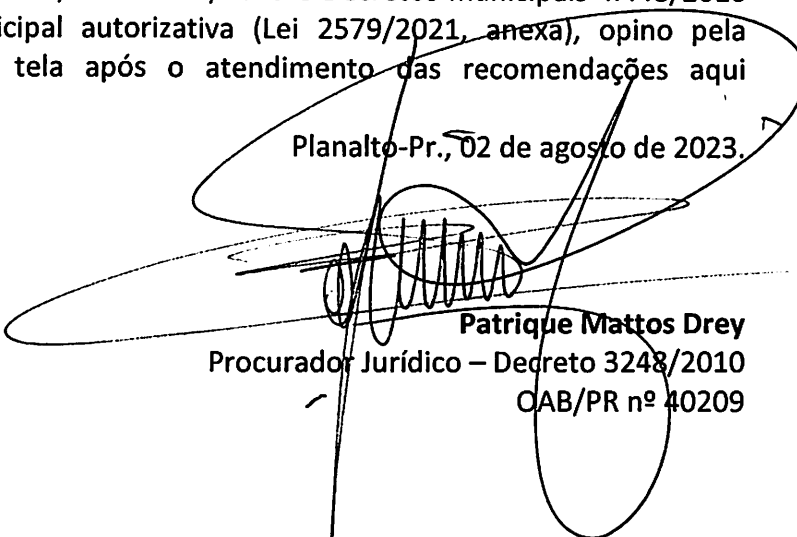
No que se refere ao atendimento às situações de impedimento previstas no Art. 39 da Lei nº 13.019/2014, a proponente apresentou declaração firmada por seu representante legal de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento. No entanto, para atendimento ao previsto no inciso VII do referido artigo, sugere-se a apresentação de declaração firmada por todos os integrantes do quadro dirigente.

Necessário se faz mencionar da necessidade de que o presente processo seja numerado, nos termos do art. 38, caput, da Lei n. 8.666/93, bem como de que o Plano de Trabalho seja datado.

O processo deve ser encaminhado para análise e manifestação do **Órgão Técnico** favorável à execução da parceria, assim como o **Controle Interno** para os fins previstos no art. 35, inciso V da Lei 13.019/2014.¹


Considerando-se o parecer jurídico por mim referendado em 20 de março de 2023, bem como o parecer do órgão do controle interno da municipalidade, este último, favorável à aprovação dos procedimentos devido ao preenchimento dos requisitos necessários (Lei 13.019/2014, Lei 13.204/2015 e Decretos municipais 4.448/2016 e 4.449/2016, além da Lei Municipal autorizativa (Lei 2579/2021, anexa), opino pela legalidade do procedimento em tela após o atendimento das recomendações aqui expressas.

Planalto-Pr., 02 de agosto de 2023.


Patrique Mattos Drey
Procurador Jurídico – Decreto 3248/2010
OAB/PR nº 40209

¹ Art. 35 (...)

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;*
 - b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;*
 - c) da viabilidade de sua execução;*
 - d) da verificação do cronograma de desembolso;*
 - c) da viabilidade de sua execução;*
 - d) da verificação do cronograma de desembolso;*
 - e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;*
 - f) (Revogada);*
 - g) da designação do gestor da parceria;*
 - h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;*
 - i) (Revogada);*
- 



MUNICIPIO DE PLANALTO

CNPJ Nº 76.460.526/0001-16

Praça São Francisco de Assis, 1583 – CEP: 85.750-000

e-mail: planalto@rline.com.br

Fone: (046) 3555-8100 – Fax: (46) 3555-8101

PLANALTO

-

PARANÁ

PARECER DE CONTROLE INTERNO

REFERENTE: ANALISE DOS PROCEDIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O INSTITUTO CONSTRUINDO GERAÇÕES. INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSARIOS. ATENDIMENTO A LEI FEDERAL 13.019/2014, LEI FEDERAL 13.204/2015, DECRETO MUNICIPAL 4448/2016 E DECRETO MUNICIPAL 4449/2016.

INTERESSADO: GABINETE DO PREFEITO E GESTORA MUNICIPAL DE CONVÊNIO - GMC

O CONTROLE INTERNO DO MUNICIPIO DE PLANALTO, Estado do Paraná, por seu Controlador Interno, OLDECIR CAMPOS, brasileiro, funcionário público municipal, residente e domiciliado na Cidade de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade de nº 6.045.397-7/SSP-PR e inscrito no CPF sob nº 990.135.769-15, com o presente, passa a expor a análise dos procedimentos adotados, visando o formalização de Acordo de Cooperação com o INSTITUTO CONSTRUINDO GERAÇÕES, inscrito no CNPJ sob nº 41.458.325/0001-08, visando autorizar a entidade parceira a desenvolver e ampliar o trabalho das escolinhas de futebol no ano de 2023/2024, utilizando a metodologia do Clube Atletico Paranaense, tendo como valor a importância de R\$ 195.350,00 (cento e noventa e cinco mil e trezentos e cinquenta reais), sendo R\$ 161.600,00 (cento e sessenta e um mil e seiscentos reais) do Município de Planalto e R\$ 33.750,00 (trinta e três mil e setecentos e cinquenta reais), a título de contrapartida suportados pela entidade

O Sistema de Controle Interno para emissão do seu parecer técnico usou com base a Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Federal nº 13.204/2015 que estabelecem o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de



MUNICIPIO DE PLANALTO

CNPJ Nº 76.460.526/0001-16

Praça São Francisco de Assis, 1583 – CEP: 85.750-000

e-mail: planalto@rline.com.br

Fone: (046) 3555-8100 – Fax: (46) 3555-8101

PLANALTO

-

PARANÁ

interesse público e recíproco, Decreto Municipal nº 4448/16 que dispõe sobre a vigência e regulamentação da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nºs 4448/2016 e 4449/2016 que institui o manual da parcerias voluntárias no Município de Planalto.

1. Primeiramente, que para a celebração e a formalização do Acordo de Cooperação pela administração pública, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, economicidade, competitividade e eficiência, conforme determina o artigo 37 da Constituição Federal e o artigo 2º, inciso XII da Lei 13.019/14.

2. No caso concreto, o chamamento público não foi realizado, haja vista que o Instituto Construindo Gerações é a única na área de atuação no Município de Planalto/PR., não havendo outras no mesmo segmento, conforme mencionado no despacho administrativo, enquadrando-se na hipótese de inexigibilidade/dispensa do Chamamento Público, previsto na Lei Federal 13.019/2014.

3. Os requisitos para a celebração do Acordo de Cooperação com a organização da Sociedade Civil estão previstos no art. 34 da Lei 13.019/2014, e no elencado do item 01 do Decreto Municipal nº 4449/2016.

4. O Plano de Trabalho foi devidamente apresentado em conformidade com os requisitos fundamentais dispostos na Lei.

5. Conforme descrito no item 8 (cronograma de desembolso concedente) do Plano de Trabalho não haverá repasse de valores financeiros ao Instituto Construindo Gerações, pois o desembolso concedente será realizado diretamente pelo Município de Planalto



MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ Nº 76.460.526/0001-16
Praça São Francisco de Assis, 1583 – CEP: 85.750-000
e-mail: planalto@rline.com.br
Fone: (046) 3555-8100 – Fax: (46) 3555-8101
PLANALTO - PARANÁ

5. Outrossim, foi especificado os objetivos, seu publico alvo, bem como, a exigência de utilização dos valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho/Aplicação aprovado pela Administração Pública.

6. Verifica-se que dentre os documentos apresentados, há a descrição das ações, o plano de aplicação dos recursos financeiros, cumprindo com os requisitos exigidos na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 4449/2016.

7. Por fim, o estatuto, ata de eleição, relação dos dirigentes, as declarações e certidões negativas apresentadas pelo Instituto Construindo Gerações para fins de habilitação e participação estão de acordo com a legislação de regência (Leis Federais e Decretos Municipais).

8. Oportuno ainda se faz dizer que após a formalização do Acordo de Cooperação o Município de Planalto e o Instituto Construindo Gerações deverão seguir as determinações constante Lei nº 13.019/2014 e Lei nº 13.204/2015, especificamente quanto:

CAPÍTULO III - DA FORMALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO

Seção I - Disposições Preliminares

Seção II – (.)

Seção III – Das Despesas

Seção IV – Da Liberação dos Recursos

Seção V – Da Movimentação e Aplicação Financeira dos Recursos

Seção VI – Das Alterações

Seção VII – Do Monitoramento e Avaliação

Seção VIII – Das Obrigações do Gestor

CAPÍTULO IV - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção I - Normas Gerais



MUNICIPIO DE PLANALTO

CNPJ Nº 76.460.526/0001-16

Praça São Francisco de Assis, 1583 – CEP: 85.750-000

e-mail: planalto@rline.com.br

Fone: (046) 3555-8100 – Fax: (46) 3555-8101

PLANALTO

-

PARANÁ

Seção II - Dos Prazos

CAPÍTULO V - DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

Seção I - Das Sanções Administrativas à Entidade

Seção II - Da Responsabilidade pela Execução e pela Emissão de Pareceres Técnicos

Seção III - Dos Atos de Improbidade Administrativa

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

9. Portanto, o respectivo processo respeitou o contido da Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Federal nº 13.204/2015, Decreto Municipal nº 4448/2016 e Decreto Municipal nº 4449/2016, seja na sua fase interna, quanto na fase externa, de forma que não vislumbra a essa Controladoria Interna nenhum óbice quanto a formalização do Acordo de Cooperação.

10. Ante o exposto, em face dos fundamentos apresentados, opina-se pela APROVAÇÃO dos procedimentos adotados no curso do processo que visa o repasse de recursos financeiros ao Instituto Construindo Gerações, podendo assim ser celebrado e formalizado o Acordo de Cooperação.

É o relatório e parecer

Planalto-Pr., 03 de agosto de 2023


OLDECIR CAMPOS
Controle Interno



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

ACORDO DE COOPERAÇÃO 003/2023

MUNICÍPIO DE PLANALTO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno e com inscrição no CNPJ sob nº 76.460.525/0001-16 e sede à Prefeitura Municipal, Praça São Francisco de Assis nº 1583, CEP: 85750-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LUIZ CARLOS BONI**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.895.670-1 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20, residente e domiciliado no Município de Planalto – Pr., doravante denominado **MUNICIPIO** e, de outro lado, o **Instituto Construindo Gerações**, entidade sem fins lucrativos, CNPJ sob nº 41458325/0001-08, sediada na Av. Rio Grande do Sul nº6, bairro João Zacco, na Cidade de Planalto/Pr, doravante denominada Organização da Sociedade Civil (OSC), representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor Senhor Vanderlei Copini, portador do CPF nº **017.716.429-80** residente e domiciliado na Cidade de Planalto/Pr, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA**, resolvem de comum acordo, celebrar o presente termo, sem Chamamento Público, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e Lei 13.204 de 2015, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Acordo de Cooperação tem por objeto a realização de parceria visando autorizar a entidade parceira a desenvolver e ampliar o trabalho das escolinhas de futebol no ano de 2023/2024, se utilizando da metodologia do o Clube Athletico Paranaense.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO:

2.1 - Para alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho especialmente elaborado para tal finalidade, e que passa a fazer parte integrante deste Termo de Acordo de Cooperação independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APLICAÇÃO DE RECURSOS:

3.1 – A ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, para fins de comprovação das despesas, deverá obter de seus fornecedores ou prestadores de serviços, comprovantes fiscais ou recibos, observada a legislação tributária competente, os quais deverão conter as seguintes informações:

- a) Data, nome, endereço completo e número de inscrição no CNPJ da ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço;
- b) Especificação da quantidade, valor unitário e total do bem ou serviço adquirido ou contratado;
- c) Indicação do número desta Parceria;



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

d) Atestado de recebimento do material ou do serviço, de acordo com as especificações e em condições satisfatórias, aposto no verso do documento, emitido por quem tenha essa atribuição no âmbito da ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA;

3.2 – Somente poderão ser pagas com os recursos recebidos desta Parceria as despesas expressamente previstas no Plano de Trabalho e que tenham relação com a satisfação de seu objeto e alcance das metas estabelecidas, sendo vedado:

- a) Utilizar recurso para finalidade alheia ao objeto da Parceria e diversa da estabelecida no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;
- b) Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica;
- c) Contratar para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do MUNICÍPIO, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica;
- d) Pagar despesa em data posterior ao término da execução da Parceria quando o fato gerador da despesa não tenha ocorrido durante a sua vigência;
- e) Realizar despesa em data anterior à vigência da Parceria;
- f) Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:

4.1 – A ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA disponibilizará os objetos previsto no item 7.3 (descrição das despesas do clube) do Plano de Trabalho à título de contrapartida financeira para a execução do objeto com excelência.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

5.1 - O presente Termo de Acordo de Cooperação terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

5.2 – A vigência, em regra, poderá ser prorrogada, mediante justificativa prévia da autoridade competente e celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

6.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Analisar e autorizar reformulações no Plano de Trabalho se for o caso, e quando solicitado pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, desde que tal reformulação não implique em alteração do objeto do Plano de Trabalho e que o Termo de Acordo de Cooperação esteja em vigência;

30/11/18



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

- b) Fornecer a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros arrecadados e aplicados na consecução do objeto desta Parceria;
- c) Receber e analisar, técnica e financeiramente, a prestação de contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, referente ao recurso previstos no Plano de Trabalho, bem como, os valores arrecadados na exploração dos espaços públicos;
- d) Comunicar a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos financeiros ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando prazo para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- e) Colaborar, orientar e instruir os envolvidos para o bom e fiel cumprimento do Termo de Acordo de Cooperação;
- f) Providenciar no prazo e na forma legal a publicação do extrato do Termo de Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA:

7.1 - São obrigações da ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA:

- a) Cumprir integralmente e nos termos do presente Termo de Acordo de Cooperação a proposta constante do Plano de Trabalho;
- b) Assumir, exclusivamente, toda responsabilidade pela execução do objeto deste Termo de Acordo de Cooperação;
- c) Executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos arrecadados e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- d) Zelar pelo bom e fiel cumprimento do objeto pactuado;
- e) Manter e movimentar os recursos financeiros em conta bancária específica, mantida em instituição financeira, aplicando-os em conformidade com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, na consecução do objeto desta Parceria;
- f) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019/2014;
- g) Disponibilizar os profissionais que atuarão e supervisionarão a execução do projeto, os quais deverão comprovar sua qualificação profissional e habilitação perante os respectivos entes de classe;
- h) Utilizar os recursos financeiros arrecadados com a exploração de espaços para marketing e divulgação dos apoiadores do projeto, bem como a comercialização de alimentos, bebidas e ingressos nos jogos na execução das despesas descritas no item 7.3 do Plano de Trabalho;



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

- i) Não vincular nos espaços públicos publicidade relacionada com pornografia, fumo, bebidas alcoólicas, jogos de azar e propaganda política;
- j) Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do Plano de Trabalho, conforme disposto na Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
- k) Não se estabelecer nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre o MUNICÍPIO e o pessoal que a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento;
- l) Contabilizar, obedecendo à legislação, a receita e despesas oriundas da execução deste instrumento;
- m) Responsabilizar-se pela organização das ações que forem comuns às partes;
- n) Supervisionar, coordenar e gerenciar todas as etapas do cumprimento deste Termo de Termo de Acordo de Cooperação;
- o) Garantir a manutenção da equipe de pessoal em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- p) Utilizar os imóveis, bens materiais e/ou equipamentos cedidos para consecução dos objetivos deste Termo de Colaboração em conformidade com o objeto pactuado;
- q) Permitir e facilitar o livre acesso de servidores do Município ou por ele designados, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização;
- r) Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas à disposição dos órgãos de controle e fiscalização, até 05 (cinco) anos após o encerramento da vigência deste Termo de Acordo de Cooperação;
- s) Divulgar no seu sítio eletrônico oficial e em local visível de suas sedes sociais, desde a celebração da Parceria até 60 (Sessenta) dias após a apresentação da Prestação de Contas final, as informações de que tratam o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- t) Prestar contas dos recursos financeiros arrecadados e geridos pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, observando as regras previstas na Lei Federal nº 13.019/2014;
- u) Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a esta Parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objetivo.

30/11/18



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR E FISCAL DO TERMO ACORDO DE COOPERAÇÃO:

8.1 – O MUNICÍPIO promoverá, por intermédio do Gestor e Fiscal a avaliação da execução desta Parceria, com o objeto de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas. O presente Termo de Acordo de Cooperação terá como: Gestor do Termo: MARCELO FELIPE SCHMITT, Secretário de Administração, brasileiro, funcionário público municipal, inscrito no RG. 8.114.222-0, residente e domiciliado nesta cidade. Fiscal do Termo: GILMAR DA SILVA, Secretário Municipal Esportes, brasileiro, funcionário público municipal, RG 5.360.471-4, residente e domiciliado nesta cidade.

8.2 – O acompanhamento e a fiscalização exercidos pelo MUNICÍPIO não excluem, bem como não reduzem as responsabilidades da ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações desenvolvidas para a execução do objeto deste Termo.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

9.1 - A ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA deverá prestar contas do recurso financeiros, em no máximo 30 (trinta) dias após o encerramento de todas as competições objeto deste Termo. Instruindo-a com peças técnicas e contábeis, observadas, ainda, as instruções normativas e os formulários complementares cujos modelos serão encaminhados pela Gestora Municipal de Convênios.

Parágrafo único. Para fins da prestação de contas ao Município, será necessário:

- a) Apresentação de documentos (notas fiscais, etc) em originais com carimbo de recebimento;
- b) Cópia de cheques nominais a cada fornecedor, comprovante de transferência ou pix comprovando a aplicação dos recursos financeiros no objeto do Termo de Acordo de Cooperação assinado;
- c) Conciliação bancária entre o recurso e os cheques emitidos; e
- d) Cópia dos extratos bancários para comprovação dos créditos e débitos referente ao objeto deste Termo de Acordo de Cooperação.

§ 1º A prestação de contas deverá conter obrigatoriamente e de forma especificada todos os gastos com os bens adquiridos e os valores empregados.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas, no prazo estabelecido no caput desta cláusula, ou a prestação de contas não aprovada determinará as seguintes providências pela administração municipal:

I – A ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA ficará impedida de receber novos recursos públicos até a completa regularização;



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANA

II – A promoção de tomada de contas especial, a qual deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado;

III – O encaminhamento da documentação relativa ao Termo de Acordo de Cooperação à assessoria jurídica do Município, na hipótese de ressarcimento ao erário, para as medidas judiciais cabíveis.

9.2 – A análise da Prestação de Contas Final pelo MUNICIPIO será formalizada por meio do Parecer Técnico Conclusivo, emitido pelo Gestor da Parceria, que embasará a decisão da autoridade competente e deverá conter as seguintes informações:

- a) Verificação do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no Plano de Trabalho, considerando os Relatórios Parciais/Final de Execução do Objeto, Relatórios de Visitas Técnicas In loco e Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
 - b) Avaliação dos efeitos da parceria;
 - c) Conclusão da análise pela:
- Aprovação das contas: quando constatado o cumprimento do objeto e das metas;
 - Aprovação das contas com ressalva: quando, apesar do cumprimento do objeto e das metas, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
 - Rejeição das contas: quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado do objeto, danos ao erário ou desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.3 – Após decisão acerca da Prestação de Contas Final, o Gestor da Parceria notificará a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA para, no prazo de 30 (trinta) dias, sanar a irregularidade/cumprir a obrigação ou apresentar recurso à autoridade que proferiu a decisão final.

9.4 – Exaurida a fase recursal, o Gestor da Parceria deverá:

- a) No caso de aprovação com ressalva: registrar em Ata as causas da ressalva. Tal ato terá função preventiva e será considerado na eventual aplicação de sanções previstas na legislação;
 - b) No caso de rejeição: notificar a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA para, no prazo de 30 (trinta) dias, devolver os recursos relacionados à irregularidade, inexecução apurada ou prestação de contas não apresentada ou solicitar o ressarcimento ao erário por meio de “Ações Compensatórias de Interesse Público”.
- 9.5 – O não ressarcimento dos recursos pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA ensejará a instauração da Tomada de Contas Especial e o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no Diário Oficial do Município.



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

9.6 – O prazo de análise da Prestação de Contas Final pelo MUNICIPIO será de contados da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, podendo ser prorrogado por igual período, desde que não ultrapasse o limite da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

9.7 – Os débitos a serem restituídos pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados conforme determina a legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DESVIO DE FINALIDADE:

10.1 - O desvio de finalidade do recurso financeiros em decorrência deste Acordo de Cooperação implicará na restituição imediata de todo ele pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, acrescido de juros moratórios e atualização monetária, além de eventual denúncia do Termo de Acordo de Cooperação, sem prejuízo da responsabilização dele decorrente.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESCISÃO ANTECIPADA:

11.1- Ocorrendo o desvio de finalidade ao qual se reporta a cláusula décima e/ou a inexecução total ou parcial deste Termo de Acordo de Cooperação poderá o MUNICIPIO rescindi-lo de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RESCISÃO:

12.1 - O presente Termo de Acordo de Cooperação poderá ser rescindido a qualquer tempo, nos casos de descumprimento de qualquer cláusula deste Termo pelas partes ou se o interesse público assim o determinar, sem prejuízo, todavia, dos efeitos produzidos.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO:

13.1 - As cláusulas do presente Termo de Acordo de Cooperação poderão ser alteradas, total ou parcialmente, mediante termo aditivo, por conveniência do interesse público e/ou da ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA, e através de ato administrativo devidamente fundamentado.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

14.1 - O presente Termo de Acordo de Cooperação somente produzirá efeitos jurídicos após a íntegra da publicação juntamente com seu extrato em meio oficial de publicidade da administração pública, ou seja, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal (www.planalto.pr.gov.br), nos termos e forma do Parágrafo Único do art. 61, da Lei 8.666/93.



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DAS SANÇÕES:

15.1 – Quando a execução da presente parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da Legislação específica, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Advertência, de caráter preventivo, que será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave;
- b) Suspensão temporária, que será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os danos que dela provieram para o MUNICÍPIO. Esta sanção impede a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA de participar de Chamamento Público e de celebrar parcerias/contratos com órgãos e entidades da Administração Pública por prazo de até 2 anos;
- c) Declaração de inidoneidade, que será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave. Esta sanção impede que a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA participe de Chamamento Público e de celebrar parcerias/contratos com órgãos/entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de idoneidade.

15.2 – Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão.

15.3 – Nas sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, o recurso cabível é o Pedido de Reconsideração.

15.4 – Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a ORGANIZAÇÃO/PARCEIRA será inscrita como inadimplente, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DO FORO:

16.1. O foro da Comarca de CAPANEMA/PR é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Acordo de Cooperação.

16.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão

30 NI A



MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16

Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br

Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria Jurídica do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria Jurídica do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

17.1 – Todas as comunicações relativas a este Acordo de Cooperação, serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues mediante protocolo.

17.2 – As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Acordo de Cooperação, serão registradas em atas ou relatório circunstanciado.

E, por estarem de pleno acordo com o presente Acordo de Cooperação, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas e de tudo cientes, para que surtam os jurídicos e legais efeitos.

Planalto aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Luiz C. Boni
LUIZ CARLOS BONI

Prefeito Municipal de Planalto

Vanderlei Copini
VANDERLEI COPINI

Instituto Construindo Gerações

Marcelo F. Schmitt
MARCELO FELIPE SCHMITT

Gestor do Termo

Gilmar da Silva
GILMAR DA SILVA

Fiscal do Termo

Secretário Municipal de Esportes

Testemunhas: